

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

16.^a Reunião
(12 de janeiro de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 18 horas e 9 minutos.

Procedeu-se à audição do Prof. Doutor Fernando Teixeira dos Santos (ex-Ministro de Estado e das Finanças de 21 de julho de 2005 a 21 de junho de 2011), tendo usado da palavra os Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Hugo Lopes Soares (PSD), João Galamba (PS), Moisés Ferreira (BE), João Paulo Correia (PS) e António Carlos Monteiro (CDS-PP).

O Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 49 minutos.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 9 minutos.

Queria, em primeiro lugar, saudar o Sr. Prof. Teixeira dos Santos, agradecer-lhe a sua presença que será, seguramente, muito útil para os trabalhos desta Comissão.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos** (ex-Ministro de Estado e das Finanças de 21 de julho de 2005 a 21 de junho de 2011): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Professor conhece bem o Parlamento, não como Deputado,...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — É verdade, é verdade.

O Sr. **Presidente**: — ... mas conhece bem o Parlamento. Durante muitos anos exerceu funções ministeriais e de Secretário de Estado, creio eu, que o levaram a vir aqui com frequência. Portanto, é sempre um gosto, para todos nós, tê-lo connosco, uma vez mais.

O Sr. Prof. Teixeira dos Santos deu-me conta de que não deseja fazer nenhuma intervenção inicial, pelo que poderíamos partir de imediato para as questões.

Queria apenas dar conta aos Srs. Deputados, e também ao Sr. Prof. Teixeira dos Santos, naturalmente, que, por razões de ordem pessoal, terei impreterivelmente de sair por volta das 19 horas e 40 minutos, mas o Sr.

Vice-Presidente, Paulo Trigo Pereira disponibilizou-se para me substituir — o que lhe agradeço — portanto, a partir dessa altura, a reunião será dirigida por ele. Não queria deixar de informar e de pedir desculpa a todos, desde logo também ao Prof. Teixeira dos Santos, mas, de facto, é-me completamente impossível acompanhar toda a reunião.

De acordo com a rotação estabelecida, hoje, as primeiras perguntas serão do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, posso só pedir-lhe que me esclareça sobre qual é o modelo dos trabalhos?

O Sr. **Presidente**: — Era isso que ia dizer. Caso o Sr. Professor não saiba, e pelos vistos é o que se passa, na primeira ronda, cada grupo parlamentar tem direito a 8 minutos. Depois, o Sr. Professor responderá, demorando o tempo que entender, uma vez que não tenho aplicado o critério dos 8 minutos de resposta aos depoentes.

Esses 8 minutos são geridos pelos grupos parlamentares da forma que entenderem. Se quiserem usar o tempo só de uma vez, assim farão; senão, dividirão o seu tempo em várias perguntas, sendo certo que a lógica é — para utilizar uma linguagem futebolística — de «parada e resposta», pelo que a cada pergunta, ou conjunto de perguntas, se segue, imediatamente, a resposta. Isto na primeira ronda.

Na segunda ronda, se a houver, os grupos parlamentares dispõem de 5 minutos cada um e o Sr. Prof. Teixeira dos Santos responderá em conjunto a todas as perguntas, no final da respetiva formulação.

Estando esclarecidos os termos em que decorrerá a audição e sendo que, de acordo com as regras da rotação, é ao Grupo Parlamentar do CDS-PP que cabe iniciar esta audição, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, cumprimentar o Sr. Prof. Teixeira dos Santos e agradecer a disponibilidade para responder a estas questões.

Sr. Professor, a primeira questão que queria colocar é: quem e quando demitiu o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos liderado pelo Dr. Vítor Martins?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, a decisão foi tomada, se bem me recordo, em finais de julho de 2005. Foi uma decisão do Ministro das Finanças, que tinha tomado posse cerca de uma semana ou semana e meia antes.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Professor, quais foram os motivos para demitir o Conselho de Administração?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, diria que, nos cerca de três a quatro meses que antecederam a minha tomada de posse como Ministro, em 2005, houve várias notícias sobre intenções que o novo Governo teria, na altura, de proceder a mudanças na Caixa Geral de Depósitos, mudanças essas que, de facto, nunca se concretizaram.

Esse facto gerou, na minha leitura, ou na que me era possível fazer na altura, uma situação de alguma instabilidade que se fazia sentir em torno da própria liderança e da direção da Caixa Geral de Depósitos, porque eram notícias e ruídos que, obviamente, destabilizavam as equipas que estavam à frente das instituições.

Tudo isso foi, de alguma forma, corroborado por sucessivos adiamentos que na altura ocorreram, nomeadamente da assembleia-geral da Caixa Geral de Depósitos, e, inclusive, também, se bem me recordo, pela própria Caixa BI, que aguardava a nomeação de um novo presidente.

Portanto, tudo isso eram sinais exteriores de que haveria ali uma situação, diria, desestabilizada em torno da direção da Caixa Geral de Depósitos.

A assembleia-geral tardia que se veio a realizar, contrariamente ao que era hábito, não formulou um voto de louvor à Administração da Caixa, o que também foi um sinal que, no meu entender, a enfraqueceu. Na minha leitura desta situação, entendi que havia uma objetiva fragilização da liderança da Caixa, que justificava uma mudança que pudesse restabelecer a liderança de que a Caixa precisava. Isto porque o arrastar desta situação de indefinição e de falta de clareza nestas matérias durante alguns meses não foi, de forma alguma, benéfico para a Caixa, nem o é para qualquer instituição.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estou a gastar o tempo que tenho para inquirir sobre essa matéria, mas, relativamente à assembleia-geral a que o Sr. Professor faz referência, foi muito discutido, na audição do seu antecessor, o facto de ter havido esse louvor à Administração na aprovação das contas de 2014, se não estou em erro, em 2015.

O Sr. **Presidente**: — Aprovação das contas de 2004, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obviamente, aprovação das contas de 2004, em 2005.

Há aqui uma questão de facto. Quanto à ata dessa assembleia-geral terá de se verificar mas o que disse aqui o seu antecessor foi que esse louvor tinha acontecido e até justificou como sendo uma prática corrente e, portanto, não constituindo, em si, nada de divergente em relação àquilo que era a prática corrente. Mas não perderia tempo com isso.

A questão que queria colocar é: sendo assim, sendo uma decisão do Ministro das Finanças, pelos motivos que o Sr. Professor aqui explicou, não se tratou de uma avaliação que o Sr. Professor tenha feito, enquanto Ministro, da condução da gestão da Caixa Geral de Depósitos por aquele Conselho de Administração, mas de uma decisão política constatando uma realidade e de uma ação em consequência dessa realidade que constatava?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — É como diz, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Professor, a questão é que essa instabilidade não era indiferente àquilo que nos foi apresentado aqui pelo seu antecessor, nomeadamente ao facto de existirem pressões, desde o início — como disse, havia notícias na comunicação social sobre a intenção de o novo Governo substituir a gestão da Caixa Geral de Depósitos — e, pelo que nos disse o seu antecessor, essas intenções eram manifestadas pelo próprio Primeiro-Ministro, junto do Ministro das Finanças à época.

Portanto, essa instabilidade, que aconteceu durante esses meses, não resultava de outra coisa que não fosse de uma pressão do Primeiro-Ministro para se cumprir aquilo que era intenção do Governo e de uma recusa, pelo Ministro das Finanças, de cumprir essa orientação. Será assim?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, compreenderá que tenho muitas dificuldades em dizer se foi assim ou não, porque não tenho *inside information* quanto ao que se passou durante esse período.

A minha avaliação procurou ser uma avaliação daquilo que objetivamente era a situação. Como há pouco acabei de referir sem fazer com isso qualquer juízo de avaliação relativamente às pessoas em si que, na altura, foram visadas pela mudança que tomei a iniciativa de operar, os factos que relata, e que têm vindo a ser relatados, sem dúvida que contribuíram para essa situação de instabilidade, não o nego.

Penso, e essa também é a minha opinião pessoal, que não basta resistir a pressões, é preciso clarificar as situações. E isso, apesar de se ter resistido às pressões, não clarificou a situação, que se arrastou e que fragilizou, no meu entender, a direção da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, não leve a mal, mas a interpretação sequencial daquilo que acabou de dizer é que, não tendo resistido às pressões, o Sr. Professor resolveu a questão no sentido das pressões pré-existentes. É uma interpretação abusiva da minha parte ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que, na altura, desconhecia que houve essas pressões internas. Pessoalmente, estava convencido de que o Ministro anterior estaria, ele próprio, interessado em levar a cabo essa mudança e que não o tinha feito precisamente por falta de tempo, porque, como tinha iniciado funções há pouco tempo, tinha o desafio da elaboração de um Orçamento e aquelas tarefas urgentes que se impõem a qualquer Governo que inicia funções.

O que me parece é que, não tendo ocorrido essa mudança, tenha, ou não, sido intenção do Ministro fazê-lo — ao que se veio a saber, não era intenção do Ministro —, o que é certo é que o prolongar dessa situação não ajudou, de facto, a reforçar aquilo que me parece que deveria ser a autoridade hierárquica, a liderança da equipa que estava, nesse momento, na Caixa e daí, na avaliação que fiz da situação, ter achado que era preferível proceder a uma mudança que pudesse clarificar essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, tendo percebido que a razão de ser da demissão daquela Administração não foi o seu trabalho ou o seu perfil mas a situação entretanto criada — isso caberá avaliar noutros momentos, nesta Comissão de Inquérito —, há, depois, a questão da nomeação do novo Conselho de Administração.

A nomeação do novo Conselho de Administração é motivada, no que diz respeito à escolha das pessoas que o vieram a integrar, por que critérios?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, na altura, a preocupação foi, em primeiro lugar, reduzir a dimensão da equipa, que, se bem me recordo, tinha 11 elementos e foi reduzida para 9, assim como reduzir de dois vice-presidentes para um, ou seja, operar essencialmente uma mudança na liderança — o que foi feito —, e ter alguma renovação na equipa que, essencialmente, pudesse também, sob o ponto de vista interno e de relação dessa administração com a própria macroestrutura da Caixa, nomear duas pessoas de dentro da Caixa para a administração em substituição das duas que se encontravam na administração anterior e que foram substituídas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, ao nível da liderança, quais foram os critérios de definição de um perfil para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, pretendia-se uma pessoa com experiência no setor financeiro. Penso que o Dr. Carlos Santos Ferreira era, claramente, uma pessoa com experiência e já com um grande tirocínio no setor financeiro. Pelo menos, para mim, era inquestionável a experiência e o currículo do Dr. Carlos Santos Ferreira para o desempenho dessas funções.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, assim sendo, foi uma escolha do Sr. Professor, foi uma escolha de todo o Governo?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Foi uma escolha minha. Foi uma escolha minha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falou sobre essa escolha com o Sr. Primeiro-Ministro, à época?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Falei, falei.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por iniciativa do Sr. Professor, ou por iniciativa...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Por minha iniciativa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A primeira vez que falou sobre o nome do Dr. Carlos Santos Ferreira para a presidência da Caixa Geral de Depósitos foi por iniciativa sua, não foi nunca o Primeiro-Ministro que o abordou nesse sentido?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — O Primeiro-Ministro nunca me pressionou no sentido de fazer qualquer mudança ou no sentido de eu nomear fosse quem fosse para a Administração da Caixa.

Foi iniciativa minha, eu assumo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, o facto de o seu antecessor nos ter dito, aqui, que tinha sido pressionado para que, na liderança da Caixa Geral de Depósitos, viesse a colocar uma pessoa, e depois o sucessor do Prof. Campos e Cunha, o Sr. Professor, ter escolhido essa mesma pessoa é uma coincidência?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, creio que é uma coincidência. Penso que ninguém está em condições de comprovar que alguma vez esse nome foi sugerido ao meu antecessor. É a palavra dele contra todos, penso eu.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, vamos então à nomeação do Dr. Armando Vara para o Conselho de Administração. Também foi uma escolha sua?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Foi uma escolha minha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tendo em atenção que critérios, Sr. Professor?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, tendo em atenção o critério de que era um quadro da Caixa, que era um diretor-coordenador, que fez carreira — para além da sua carreira política, que é publicamente conhecida — também no interior da Caixa e que, na altura, era diretor-coordenador da Caixa Geral de Depósitos, respeitando o critério de ter alguém de dentro da Caixa exercendo funções de direção que integrasse a Administração. Foi esse o critério de escolha.

Além de ser uma pessoa que, devo dizer, conhecia. Foi meu colega no primeiro Governo do Eng.º António Guterres e já o conhecia. Portanto, também havia esse conhecimento pessoal, digamos, que, de alguma forma, também me dava algum conforto quanto à escolha da pessoa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mais uma vez, foi uma escolha do Sr. Professor e não...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Foi uma escolha minha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem.

O que lhe perguntava agora concretamente era se, nessa escolha, uma vez que diz que se deveu ao facto de o Dr. Armando Vara, à época, ser diretor da Caixa Geral de Depósitos, as funções que veio a ter como membro do Conselho de Administração tinham alguma relação com as funções que o Dr. Armando Vara exercia enquanto diretor-coordenador.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Foi nomeado como vogal do Conselho de Administração e competiria ao coletivo do Conselho de Administração, sob a liderança do Dr. Carlos Santos Ferreira, proceder à

distribuição de pelouros dentro do Conselho de Administração. Essa não foi tarefa do Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem, mas tendo sido escolha do Ministro a indicação para o Conselho de Administração, o Sr. Professor ficou surpreendido por terem sido atribuídas funções, em termos dos pelouros que foram distribuídos, totalmente diversas daquelas que anteriormente eram exercidas pela pessoa em causa na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não, não fui, porque creio que, e por experiência própria, acima de tudo, o que importa no exercício dessas funções é a capacidade de organizar equipas, de as manter, obviamente, mobilizadas e empenhadas no seu trabalho, coordenar o seu trabalho, saber avaliar a informação que lhe é prestada, tomar decisões. Isso, necessariamente, não tem sempre a ver com aquilo que as pessoas fazem até ao momento.

Aliás, ao longo da minha vida, tenho feito muitas coisas e sempre ganhei pessoalmente com mudanças e fazendo coisas que nunca tinha feito. Penso que, sob o meu ponto de vista e com a avaliação que faço, não tem sido, de todo em todo, desrazoável enfrentar essas mudanças.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, para concluir esta parte relativa ao Conselho de Administração, com o distanciamento que hoje temos e que permite fazer uma avaliação

mais serena, qual é a avaliação que faz dessas nomeações e do exercício de funções pelas pessoas que escolheu?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, não vou fazer aqui avaliações sob o ponto de vista individual seja de quem for. Genericamente, em relação à equipa, a avaliação que faço é positiva porque os indicadores de atividade da Caixa Geral de Depósitos demonstram isso.

A Caixa, de facto, mostrou ser uma entidade bastante dinâmica em termos de crescimento do crédito, do apoio que deu à economia, da capacidade de captação de depósitos. Aumentou a dimensão da sua atividade, sem reduzir, e também basta olhar para os indicadores, a qualidade global do crédito e os índices que refletem essa qualidade.

Portanto, aquilo que poderei dizer, de facto, em geral, é que a Caixa Geral de Depósitos mostrou o dinamismo que se esperava de uma instituição como é a Caixa Geral de Depósitos, na atividade económica. Recordo que o País se arrastava já, na altura, com um fraco crescimento, crescimento esse que recuperou até 2007, até ao início da crise. Recordo que 2007 ainda foi, até hoje, o ano de mais forte crescimento na última década e meia, praticamente.

Sem dúvida que aquilo que foi a ação do setor bancário na altura, em geral, e, em particular, da Caixa, foi importante através do apoio que deu ao financiamento à atividade económica.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, estamos perfeitamente de acordo que a atividade da Caixa foi bastante dinâmica, mas também ficamos esclarecidos por o Sr. Professor

dizer que aquilo que foi feito pela Caixa em termos de apoio à economia era o que se esperava do ponto de vista da orientação do Governo.

Por isso, queria perguntar, relativamente a esse apoio à economia, quais foram as orientações dadas pelo acionista à equipa de gestão da Caixa Geral de Depósitos para proceder ao financiamento da economia durante o período do seu mandato?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — O Governo nunca deu orientações no sentido de financiar este ou aquele projeto em particular ou este ou aquele setor em particular.

Portanto, o que o Governo esperava da Caixa era que fosse uma instituição de referência, como sempre se pretendeu. Foi sempre uma grande preocupação do acionista que a Caixa fosse uma referência no setor bancário português, que desse um apoio efetivo ao financiamento da atividade económica, em especial a pequenas e médias empresas que eram um segmento em que a Caixa, de facto, mostrava já, havia vários anos, alguma dificuldade em aumentar a sua quota de mercado, e um apoio à internacionalização da economia portuguesa.

Eram, no fundo, estas as orientações que o acionista dava à Caixa, sem dúvida, pretendendo que conduzisse a sua atividade dentro dos bons preceitos que devem pautar a atividade bancária de avaliação de risco, de não sobre-exposição, obviamente, a riscos desnecessários ou excessivos e remunerando adequadamente o esforço do acionista na instituição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, antes de lhe dar a palavra, não desliguei o cronómetro durante algum tempo desta última intervenção do Sr. Prof. Teixeira dos Santos, portanto, pode falar até aos 8,5 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, exatamente sobre estes dois critérios, como é que se compatibiliza esse objetivo de apoiar mais as PME, quando sabemos que, relativamente a esse mandato, muito pouco se sabe sobre este apoio e, infelizmente, sabe-se muito sobre o apoio a grandes empresas?

Como é que avalia, nesse critério e no critério da internacionalização, o facto de grandes projetos, que supostamente conduziriam à internacionalização da economia portuguesa, terem apresentado resultados fraquíssimos e trazido à Caixa Geral de Depósitos consequências muito negativas, exatamente no critério da qualidade de crédito que acabou de referir como relevante?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, obviamente que, passados estes anos todos, com certeza, a avaliação está feita e é objetiva.

Creio que os desenvolvimentos económicos nestes últimos anos, nesta década, praticamente, e estamos aqui a falar no período de uma década...

A economia portuguesa esteve sujeita a um período de grandes dificuldades, com uma grande recessão em 2008/2009, com a maior recessão, a mais prolongada e cumulativamente a mais profunda de que há registo entre 2011 e 2013, e tudo isto põe sob grande *stress* o setor económico.

Quando as empresas e as famílias estão em dificuldades, os bancos sofrem. E aquilo que, num dado tempo, numa dada altura e no que era possível avaliar-se e esperar que seria a evolução da economia mundial e nacional, parecia razoável fazer-se, acabou por se revelar em decisões que acabaram por ter um risco bem maior do que aquele que ao momento se poderia esperar, resultando em imparidades significativas nalgumas dessas operações.

Isso foi algo que afetou não só a Caixa como afetou a banca em geral e os grandes bancos. Recordo que não é só a Caixa que regista imparidades na sua atividade ou nos seus ativos. É o Novo Banco, que é uma história que conhecemos bem e temos acompanhado; é o Millennium BCP, que também tem passado períodos de dificuldades e são outros bancos, que são do conhecimento público e que também sofreram as consequências dessa crise.

Portanto, acho que aquilo que hoje temos no balanço dos bancos— e não digo que não — poderá refletir decisões que foram erradas ou mal avaliadas, mas não tenho dados concretos que me permitam avaliar, caso a caso, operação a operação, os termos e as condições em que as decisões foram tomadas e ajuizar da sua justeza.

O que lhe poderei dizer é que grande parte das imparidades que hoje em dia temos no balanço dos bancos portugueses têm a ver com um período de crise prolongada da economia portuguesa e, mais, com o facto, que também é inegável, de a economia, durante décadas, ter crescido muito alicerçada em setores de atividade a que a banca se expôs financiando essas atividades, que foram as mais profundamente afetadas por esta crise. Daí que a incidência, até, destes sinistros de crédito, chamemos-lhe assim, que temos seja particularmente mais forte na banca portuguesa devido à significativa exposição da banca neste setores.

Mas, isto, repito, não é uma característica da Caixa, é algo transversal ao nosso setor bancário. A Caixa também sofreu, à semelhança dos outros bancos, as consequências dessas decisões.

Quanto a possíveis decisões que tenham sido mal tomadas, sinceramente, nunca me foram postas à apreciação, nem tinham de o ser. Nunca fui chamado, obviamente, a pronunciar-me, nunca interfeiri nelas e não tenho, neste momento, relativamente a qualquer operação, elementos ou informação que me permitam fazer um juízo concreto quanto à sua justeza ou não.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, estes sinistros de crédito, em muitos casos, parecem créditos sinistros, portanto, convém clarificá-los.

O Sr. Professor entende que os 136 milhões de euros de imparidades no projeto de Vale do Lobo, 181,4 nas autoestradas do Douro Litoral, 76,7 do Grupo Lena, 900 milhões do La Seda, mais a questão da Pescanova têm tudo a ver com a conjuntura económica?

Portanto, tudo isto aconteceu na Caixa Geral de Depósitos naquele momento, ao mesmo tempo, e não houve um traço geral — eu vou direto ao assunto —, que foi estas operações terem, na esmagadora maioria dos casos, sido coincidentes com decisões políticas do Governo de que o senhor fazia parte, nomeadamente de classificação como PIN, de fundos que foram atribuídos a estas entidades? Tenho aqui inúmeras declarações públicas do Sr. Primeiro-Ministro a valorizar este tipo de projetos. O facto de a Caixa Geral de Depósitos ter acompanhado essas decisões políticas e ter com isso registado perdas sinistras não tem uma explicação política? São apenas coincidências?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, aquilo que o Governo, na altura, dizia, quanto à estratégia económica e à política económica a prosseguir era, sem dúvida, da responsabilidade do Governo, que a assumia e eu, como membro do Governo, assumi isso. Sem dúvida, sinalizava esse Governo, como qualquer outro, e todos os Governos sinalizam aos agentes económicos uma certa orientação, uma certa condução da política macroeconómica e da política económica, em geral, do País. A

banca ajusta-se a essas orientações, tanto a Caixa Geral de Depósitos como os outros bancos.

Portanto, quanto às imparidades que aí refere relativas a essas operações no caso concreto da Caixa, vai encontrar imparidades de montante semelhante, com certeza, noutros bancos, noutras operações que foram decididas eventualmente na mesma altura, Sr. Deputado.

Creio que, em relação a esses exemplos que refere, encontrará imparidades de montante semelhante em bancos que não a Caixa Geral de Depósitos, que conduziram operações de crédito dentro de um quadro económico e político internacional que era aquele que se viveu na altura.

Não creio que a Caixa, por ser a Caixa Geral de Depósitos, seja, necessariamente, uma vítima especial da conjuntura económica que afetou o País. Acho que essa conjuntura afetou a Caixa como afetou os outros bancos. Curiosamente, se olharmos para os rácios de qualidade de crédito e para a sua evolução ao longo do tempo, a Caixa apresenta rácios bem mais favoráveis do que a média do setor e melhores do que os seus pares em termos de dimensão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, a questão que colocava tem a ver com a coincidência: houve ou não houve uma articulação política, eventualmente — ainda bem que o Sr. Professor fala sobre isso —, entre o Governo, nessa altura, com o banco público ou com bancos privados?

Tenho aqui uma notícia, por exemplo, de 28 de junho de 2007, com o título «Governo aprova dois contratos de investimento no montante global de 535 milhões». Curiosamente, um era da Pescanova e o outro era da La Seda. Sabemos perfeitamente o que aconteceu à Caixa Geral de Depósitos

com os negócios da La Seda e com os negócios da Pescanova! Aqui, claramente, o banco público estava a acompanhar decisões políticas e teve prejuízo no acompanhamento dessas decisões.

Mas, como o meu tempo está a acabar e tenho de colocar a última questão, perguntava, uma vez que falou da banca privada, se não coincidiu este período também com um estender de toda esta coincidência de orientações entre aquilo que politicamente ia sendo decidido ao nível do Governo e o que no setor público e privado ao nível financeiro era também feito, designadamente o que aconteceu de intervenção da Caixa Geral de Depósitos em bancos privados, no Millenium BCP.

Como é que se processou a passagem da Administração da Caixa Geral de Depósitos, ou de algumas das suas figuras, para o BCP?

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que o Governo acompanhou ou interveio nesse processo? Nomeadamente, e posso questioná-lo em concreto na segunda ronda, pergunto se o Sr. Professor acompanhou ou interveio nesse processo e se participou em reuniões de acionistas onde foram tomadas decisões sobre a nomeação do Conselho de Administração do Millenium BCP e, mais, sobre o que foi feito relativamente à interferência claríssima da Caixa Geral de Depósitos na guerra de poder nesse banco privado?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, as operações que refere envolveram a AICEP e apoios.

Havia, e ainda há, uma política de apoio direto ao investimento estrangeiro, com um sistema de incentivos que dá origem à celebração de contratos. Os casos que o Sr. Deputado está a referir têm a ver com situações desse tipo, em que houve a utilização do sistema de incentivos. O sistema bancário português participou no financiamento dessas operações — participou a Caixa e participaram outros bancos.

Portanto, em relação à Caixa Geral de Depósitos, e falo por mim e pelo Ministério das Finanças, que a tutelava na qualidade de acionista, nunca lhe demos qualquer orientação nem qualquer determinação para se envolver fosse em que operação fosse de financiamento. Isso posso assegurar-lhe.

No que me diz respeito, a Caixa interveio e participou nesses projetos dentro do desenvolvimento da sua atividade e da exploração do mandato que tinha, que era obviamente o de desenvolver o negócio da Caixa no setor bancário português.

Relativamente à questão do BCP, que eu saiba, a Caixa não interferiu. A situação com que fui confrontado foi, em 2007, quando o Dr. Santos Ferreira, que estava a terminar o seu mandato à frente da CGD — porque tinha vindo completar o mandato que foi interrompido nas circunstâncias que começámos por analisar —, me transmitiu que tinha sido convidado para liderar o Millenium BCP.

Foi esse o único envolvimento que tive nessa matéria, ou seja, o de ter tomado conhecimento que iria ter de arranjar outro presidente do Conselho de Administração da Caixa, porque o que tinha até então, e que tencionava reconduzir, tinha sido desafiado para uma outra instituição.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Terminadas as questões do CDS-PP, passamos, então, às questões do PCP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Terminadas, nesta primeira fase, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Nesta primeira fase. Já percebi, pelo pré-anúncio, que haverá perguntas para a segunda ronda.

Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do PCP.

Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Sr. Prof. Fernando Teixeira dos Santos e agradecer o seu contributo para esta Comissão de Inquérito.

As suas respostas até agora já me merecem alguns comentários, mas vou tentar não ceder a essa tentação para não perder muito do meu tempo, colocando-lhe algumas questões o mais diretas possível.

Antes de aceitar o cargo de Ministro das Finanças conversou sobre ou foi discutida consigo a estratégia e o mandato, no que toca ao acompanhamento da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não. Como o Sr. Deputado se deve recordar, o meu antecessor demitiu-se no dia 21 de julho e eu fui contactado no dia 21 de julho, ao fim da tarde, pelo Sr. Primeiro-Ministro, que pediu para falar comigo ao fim do dia. Isso aconteceu e fez-me o convite para ocupar a pasta das Finanças, que, de imediato, comunicou ao Sr. Presidente da República.

A única conversa que tive com ele foi essa conversa de convite e a Caixa Geral de Depósitos não foi, de forma alguma, tema de conversa com o Sr. Primeiro-Ministro, nem nessa altura nem posteriormente, até à decisão

que tomei, conforme já referi, de mudar a liderança da equipa que se encontrava na Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nunca fui convidado para ministro, mas é estranho que não soubesse ao que ia.

Fizeram-lhe o convite para ministro. Não conversou, aceitou. Não falou sobre a estratégia para a Caixa, mas, espero eu, terá falado sobre a estratégia para alguma coisa. Pelos vistos, a Caixa não foi alvo de conversa nem houve troca de opiniões com o Sr. Primeiro-Ministro, apesar de, na altura, já ser alvo de algumas notícias, como, aliás, bem referiu.

Bem sei que vou pedir-lhe uma opinião mas, ainda assim, não considera que, mesmo perante algumas notícias que possam ter provocado instabilidade na Caixa Geral de Depósitos, não seria...

Antes disso, deixe-me perguntar-lhe: havia algum contraste, algum confronto entre a sua visão para a Caixa Geral de Depósitos e a que estava a ser prosseguida e praticada pela anterior Administração? Isto porque justificou a demissão e a nomeação de uma nova administração com o combate à instabilidade, para tranquilizar a instituição e a preocupação pública em torno dela. Portanto, presume-se que não haveria uma divergência de fundo com as práticas anteriores.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero só dar uns esclarecimentos ao Sr. Professor a propósito do que disse.

Sr. Professor, esta é uma Comissão de Inquérito, portanto, em relação às opiniões que lhe forem pedidas, o Sr. Professor é livre de as dar ou não. Sobre os factos tem de responder, mas dar opiniões já é um direito seu.

Como o próprio Sr. Deputado Miguel Tiago colocou a questão, foi por isso que esclareci.

Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Também procurarei o mais possível ater-me à matéria de facto e economizarei o mais possível a emissão de opiniões.

Sr. Deputado, relativamente à estratégia que refere, ela era o Programa do Governo, que tinha sido debatido, divulgado e discutido, Programa esse para o qual, eu, pessoalmente, tinha dado, como cidadão, alguns contributos na altura em que foi preparado. Aliás, não para o Programa do Governo mas para o Programa Eleitoral do Partido Socialista.

Portanto, sabia qual era a estratégia do Governo e, sinceramente, que das grandes preocupações que o País tinha nessa altura, a Caixa não era necessariamente uma delas. Recordo-me que a grande preocupação eram os 6,82% de défice que a Comissão Constâncio tinha estimado que seria o défice em 2005. Essa era a grande preocupação e o grande desafio.

Quanto à questão da mudança na Caixa, como há pouco referi nas respostas que dei ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, quando entendi e decidi que deveria proceder a uma mudança da Administração da Caixa Geral de Depósitos transmiti-a ao Sr. Primeiro-Ministro, dei-lhe conhecimento e disse-lhe: «A minha opinião é que se deve mudar a Caixa e o sentido da mudança é este». Dei-lhe conhecimento, não tive qualquer reacção negativa quanto ao sentido dessa mudança e ela foi operada.

Relativamente ao rumo que a Caixa tinha, penso que ficou claro, da resposta que dei há pouco ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que não foi propriamente a estratégia de negócio que a Caixa estaria a prosseguir mas era essencialmente o acreditar, ou não, que a equipa que na altura se encontrava à frente da Caixa, após o que se passou, ou seja, esses meses de

instabilidade, teria condições de prosseguir e de conduzir com sucesso essa estratégia.

A avaliação que fiz foi a que relatei há pouco ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tendo em conta que os principais problemas que a Administração da Caixa tinha eram precisamente alguma instabilidade e alguns rumores que surgiam sobre a vontade da sua substituição, havia duas soluções: ou a afirmação da confiança plena na Administração, que me parece, do ponto de vista reputacional e da estabilidade da instituição, produziria um efeito mais seguro, ou a sua substituição. Optou pela segunda. Enfim, é uma decisão legítima, até porque a tomou no exercício pleno das suas funções enquanto Ministro das Finanças, mas cada um tirará as suas conclusões.

Disse aqui que o papel que a Caixa teve no financiamento à economia também teve custos no futuro, depois dessas práticas, porque a economia também sofreu alterações e porque as famílias tiveram dificuldades. Isso será, em boa parte, verdade. É uma evidência que as dificuldades das famílias se traduzem também em crédito em incumprimento e nas necessidades de constituir provisões de capital para imparidades, mas isso é tudo um resumo muito simplista do problema.

Sr. Prof. Teixeira dos Santos, na última ou penúltima audição que aqui tivemos foi-nos dito que houve uma revisão do modelo das imparidades de crédito para todos os créditos superiores a 3 milhões de euros, créditos significativos no âmbito da Caixa, e que isso, pelos cálculos de uma administração que acabou de passar pela Caixa durante algum tempo — pouco, mas esteve lá e estudou o problema — gerou uma avaliação, uma

estimativa de novas necessidades de capital para provisão por imparidades muito acentuada. Julgo que o valor que aqui foi colocado sobre essa parte do crédito terá sido de 2,7 mil milhões de euros, que é um valor importante. Bem sabemos que o balanço da Caixa suporta imparidades, compara bem com outros bancos, mas ainda assim não o podemos desprezar.

Pergunto: créditos superiores a 3 milhões de euros não são créditos às famílias. Sendo que são créditos significativos que comportam riscos, na maior parte dos casos, e que é nesse segmento de crédito que surge uma fatia de 2,7 mil milhões de euros de imparidades, através de uma revisão da qualidade dos ativos e dos créditos, qual foi o acompanhamento que, enquanto Ministro das Finanças, fez da política, da concessão e da avaliação do risco em termos deste tipo de créditos?

Também sabemos que, segundo António Domingues, os 3 milhões de euros foram uma barreira que o próprio entendeu criar e que, anteriormente, os créditos significativos não eram os dos 3 milhões de euros, se não estou em erro, eram valores acima dos 10 milhões de euros.

Mas, ainda assim, 3 milhões de euros não me parece que fosse o essencial do crédito às famílias...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Eram os das empresas!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Por isso, pergunto-lhe que acompanhamento fazia de créditos desta dimensão e da política geral, pois acredito que o Ministro das Finanças não estivesse lá a olhar para todos os créditos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, o Ministério das Finanças não tem funções de acompanhamento da atividade de crédito dos bancos, nem, em particular, do banco de que é acionista.

A Caixa Geral de Depósitos está enquadrada no setor bancário, está sujeita a regras de funcionamento desse setor e às mesmas regras dos outros bancos.

Nesse sentido, o acompanhamento do crédito era feito internamente pelos órgãos próprios da Caixa, através, como é habitual nos bancos, dos seus comités ou comissões de risco, como lhes queiram chamar, do seu Conselho de Crédito, que avalia e decide quanto às operações. A Caixa Geral de Depósitos está sujeita aos processos de auditoria interna, incluindo obviamente, também, ao próprio processo de concessão de crédito e ao cumprimento das regras de *compliance*. Está sujeita à ação dos auditores externos, à supervisão e ao acompanhamento da sua atividade, que, esse, sim, compete ao Banco de Portugal e não ao Governo.

Era este o quadro em que a Caixa tinha, e tem, a sua atividade e sempre a desenvolveu, no Governo em que estive, nos Governos anteriores e nos Governos que se seguiram.

Portanto, o acionista, obviamente, acompanha a ação da Caixa como acionista, estando atento a sinais de alarme que indiquem situações de fragilidade da instituição que possam resultar de práticas indevidas na sua política de crédito, o que não aconteceu.

Esse era o quadro, devo dizer-lhe, em que a Caixa funcionou e funciona.

Relativamente à questão que refere da dicotomia empresas/famílias, há pouco referi em tese geral, obviamente, o impacto de uma crise que afetou empresas e famílias e a capacidade de cumprimento de uns e de outros das suas obrigações face ao banco.

Mas, sem dúvida, Sr. Deputado, reconheço, e os números expressam isso de forma muito, muito clara, que o grande agravamento em termos da qualidade de crédito, de graus de incumprimento, de risco e os chamados NPL (*non-performing loans*), afetam essencialmente a realidade empresarial. Embora também tenha havido um agravamento do desempenho do cumprimento das famílias portuguesas, que se deveu também ao próprio agravamento das suas condições económicas, a maior incidência da crise foi, sem dúvida, no tecido empresarial.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso é perfeitamente natural até porque geralmente nenhum banco dá crédito às famílias sem garantias, como faz para algumas empresas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se são as ações da própria empresa!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Às empresas, depende mais do tamanho!

Bom exemplo que está a dar o Sr. Deputado João Almeida, porque financiar a compra de ações de um outro banco e dar como garantia as próprias ações é uma garantia fictícia. E a Caixa também terá concedido crédito sem garantias.

O Sr. Professor coloca-se no papel do acionista que não tem uma responsabilidade direta sobre as práticas, mas, ainda assim, é o acionista que aprova o relatórios e contas — ainda que, é certo, avalizados por um auditor externo — e julgo que ao ver o crédito da Caixa Geral de Depósitos concentrar-se em dois ou três clientes de elevado risco, de forma

significativa, isso deve despoletar alguns alarmes junto do acionista, já que tem acesso a todos os dados que entender para completar a informação constante do relatório e contas.

Nesse sentido, não quero acreditar que um Ministro das Finanças, em representação do acionista, não tenha a preocupação de saber a concentração do crédito da Caixa, porque quanto mais concentrado for, maior é também o risco associado.

Daquilo que nos é dado a conhecer, apesar de esta Comissão não ter acesso integral aos dados, tudo indica que se trata de um processo de imparidades concentradas num grupo, ele próprio também reduzido, que resultou de uma concentração excessiva de crédito. Muito provavelmente, uma boa parte desse crédito, em que hoje são necessárias provisões para imparidades, teve origem precisamente no período em que o Sr. Prof. Teixeira dos Santos era Ministro das Finanças.

Por isso é que lhe pergunto, enquanto acionista, que acompanhamento fazia da política de crédito. Não lhe estou a perguntar que acompanhamento fazia de cada uma das práticas ou de cada um dos processos, mas, quando tinha acesso ao relatório e contas, como é que olhava para o facto.

Ou então não pedia essa informação. Também me pode dizer: «Olhe, a gente não se preocupava, olhava para o relatório e contas, via lá que havia grandes créditos concedidos mas não perguntávamos a quem eram, nem por que é que estavam tão concentrados, nem por que é que não era mais diversificada a carteira de crédito».

Pode dizer-me que não perguntava, eu posso achar que isso era negligência e o Sr. Professor pode achar que não. Mas repito a pergunta com esta clarificação, tendo em conta que uma boa parte desses créditos pesa hoje no balanço da Caixa Geral de Depósitos com custos para todos os portugueses.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, a concentração de operações de crédito está sujeita a regras e é monitorizada no domínio da supervisão.

Se houvesse uma concentração excessiva, seria obviamente detetada no âmbito da supervisão prudencial a que a Caixa Geral ou outro banco estão sujeitos. Esses limiares e esses valores de referência de concentração utilizados nunca foram ultrapassados, portanto, nunca houve qualquer sinal de alerta que resultasse do facto de a Caixa ter excedido os limites prudenciais de exposição que poderia ter, quer a entidades, quer a setores.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Posso fazer um comentário muito rápido, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Queria só dizer que é verdade que todas as instituições bancárias estão sujeitas a supervisão, mas, infelizmente, em comissões de inquérito, já vimos muitas a funcionar muito acima dos limites possíveis e legais para a concentração de crédito.

Enfim, esse facto, por si só, não nos descansa, mas compreendemos que seja usado como argumento, evidentemente.

O Sr. **Presidente**: — Terminada que está a intervenção do PCP nesta primeira ronda, passamos agora ao Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimentar o Sr. Prof. Teixeira dos Santos e agradecer as respostas que já deu nesta Comissão de Inquérito.

A primeira pergunta que lhe queria fazer, Sr. Professor, era se teve alguma reunião com o Dr. Campos e Cunha para fazer a passagem normal de pasta entre um ex-Ministro das Finanças e o seu sucessor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Tivemos uma breve conversa após a minha tomada de posse, no dia 22 de manhã.

Ele esteve, durante o resto da manhã, no Ministério e troquei algumas impressões com ele. Estava ciente de quais eram os grandes desafios que tínhamos na altura, nomeadamente o do Orçamento e também a defesa do Programa de Estabilidade que, entretanto, tinha sido apresentado a Bruxelas e que, de alguma forma, delineava a estratégia a médio prazo no domínio orçamental e definia também as grandes orientações e preocupações da política do Governo no domínio orçamental e no domínio financeiro.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Professor, nessa ocasião, em algum momento o Prof. Campos e Cunha lhe falou da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não, não falou.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Professor, vou ser muito franco e muito direto e digo-lhe que tudo isto me deixa com grande estupefação.

O Sr. Professor acabou de dizer que o Dr. Campos e Cunha não lhe falou da Caixa Geral de Depósitos. Conheceu as contas da Caixa Geral de Depósitos em 2005 e os resultados que a Administração alcançou foram excelentes. Já disse que a grande preocupação do Governo e do Ministério das Finanças era o cumprimento das metas do défice, a preparação do Orçamento e a questão do Programa de Estabilidade.

Sr. Professor, se essas eram as grandes prioridades, explique-me, então, porque é que em 12 dias priorizou a demissão da Administração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não foi priorizar.

A minha grande preocupação, logo que iniciei funções, tinha a ver com a aprovação do Orçamento para o ano seguinte e como tinha um problema, que se estava a arrastar há vários meses, entendi que não podia demorar mais tempo. Por isso, rapidamente, procurei resolvê-lo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Professor, relativamente ao problema que diz que se estava a arrastar, deixe-me dizer-lhe que, na nossa opinião, não era um problema. A Administração estava a cumprir com aquilo que era pedido pela tutela, pelo anterior Ministro, que, de resto, louvava essa Administração e não a quis mudar.

O Sr. Professor disse há pouco, numa frase que anotei, que não basta resistir às pressões, é preciso clarificar. Pois, foi isso que o Dr. Campos e Cunha fez: resistiu às pressões, não demitiu a Administração e resolveu demitir-se ele próprio.

O Dr. Campos e Cunha disse, nesta Comissão — vamos ser muito claros quanto a esta matéria também —, que o Eng.º Sócrates, então Primeiro-Ministro, várias vezes o pressionou para que não só demitisse aquela Administração, como para que convidasse para a Administração o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara.

Creio, e já aqui foi dito, que é uma grande coincidência, Sr. Professor. Tenho de lhe dizer com muita frontalidade que de duas, uma: ou o Prof. Campos e Cunha mentiu descaradamente nesta Comissão e efabulou a partir do que aconteceu a seguir, ou, então, o Sr. Professor tem de me dizer — «*No creo en brujas, pero que las hay, las hay*» —, porque é demasiada coincidência o Dr. Campos e Cunha ter contado aqui ao pormenor um almoço que teve com o Dr. Armando Vara, a pedido do Eng.º Sócrates, e o Sr. Prof. Teixeira dos Santos se ter lembrado do Dr. Armando Vara sem que o Eng.º Sócrates alguma vez tenha falado no nome dele.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Devo dizer-lhe, repetindo o que já disse, que não recebi qualquer pressão nem qualquer sugestão de nome para a Caixa Geral de Depósitos da parte do Eng.º Sócrates. Não recebi!

Aquilo que foi aqui dito pelo meu antecessor é uma coincidência? É! Não sei porquê. Não sei. Mas acho que, ao fim destes anos, tudo se pode dizer sobre o que se disse e o que não se disse e que isso fica na fiabilidade que as declarações podem merecer.

Penso que as declarações do Prof. Campos e Cunha serão fiáveis, penso que as minhas também merecem fiabilidade e os Srs. Deputados terão de ajuizar no meio destas declarações e fazer as interpretações que quiserem.

O que lhe digo é que nunca recebi do Eng.º Sócrates qualquer indicação de nomes relativamente às pessoas que deveriam integrar a Administração da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Professor, não me leve a mal mas não posso deixar de lhe dizer que considero extraordinário que isso tenha acontecido, porque a história que nos é contada e aquilo que acontece a seguir levam-nos a crer que a narrativa — palavra tão ao gosto do Eng.º Sócrates — que o Dr. Campos e Cunha aqui nos relatou tinha alguma fiabilidade.

Repare-se, o Dr. Campos e Cunha saiu do Ministério das Finanças e escreveu uma carta que leu aqui e um dos pontos era precisamente a discordância da pressão feita pelo Eng.º Sócrates. Ele escreveu a carta à data — não a escreveu agora, não efabulou agora, escreveu na altura —, dizendo que um dos motivos por que saía do Governo era as pressões para mudar a Administração da Caixa Geral de Depósitos. Disse aqui que as pressões se acentuavam para que convidasse o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara.

O Dr. Teixeira dos Santos, que não tinha como prioridade a Caixa Geral de Depósitos, aceitou, no mesmo dia em que foi convidado — e, em nome do País, agradeço a prontidão para o exercício dos cargos públicos, reconheço que a altura era delicada e, por isso, também sei fazer esse reconhecimento — e, em 10 dias, nomeou o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara.

Dr. Teixeira dos Santos, não leve a mal eu insistir, mas creio que há, de facto, uma coincidência que é acentuada pela carta que o Dr. Campos e Cunha aqui nos leu, pela nomeação dos dois administradores e por aquilo que conhecemos a seguir.

Portanto, Sr. Prof. Teixeira dos Santos, quero dizer-lhe, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que queremos aprofundar esta questão e que

vamos procurar perceber de que forma é que o podemos fazer, porque, acreditando evidentemente na sua palavra — recordo-o de que está a depor numa Comissão de Inquérito e que tem de o fazer com verdade, sob pena de estar a incorrer num crime e tenho a certeza absoluta de que jamais o faria —, parece-nos que há aqui toda uma história à volta disto.

Já agora, queria perguntar-lhe se algum Sr. Secretário de Estado seu lhe sugeriu esses nomes.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — São mesmo da sua inteira autoria aquelas duas escolhas, Sr. Professor?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — São da minha responsabilidade, devo dizer-lhe.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — São da minha responsabilidade, não me foram sugeridas pelo Eng.º Sócrates, como eu disse. Falei com algumas pessoas e, com certeza, com vários amigos, quanto a possíveis nomes, mas a decisão foi minha, sem consultar, sem ouvir o Eng.º Sócrates, a quem transmiti a intenção de mudar a Administração da Caixa e os nomes que iriam substituir as pessoas que saíam.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Professor, o povo diz que «há muitas maneiras de matar pulgas», por isso vou perguntar-lhe com que pessoas é que conversou e quais é que lhe sugeriram os nomes do Dr. Santos

Ferreira e do Dr. Armando Vara, lembrando-lhe que está numa Comissão de Inquérito, tenho de o dizer.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, ao longo dos meses anteriores falei com várias pessoas da Caixa, com funcionários — não lhe sei dizer nomes. Falei com uma pessoa que veio a integrar o Conselho da Caixa, o Dr. Francisco Bandeira e falei com o meu Secretário de Estado do Tesouro, com quem troquei impressões quanto a nomes, mas que não me foram sugeridos por ele. Foi de uma conversa e de uma troca de impressões quanto a possíveis nomes e possíveis escolhas que os nomes surgiram e que fiz a minha escolha.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Pedia-lhe um esforço de memória, porque era importante para o trabalho da Comissão de Inquérito e porque tenho a certeza de que o Sr. Deputado-relator também está muito atento, para se tentar recordar de quem foi a primeira pessoa que lhe falou nos nomes do Dr. Santos Ferreira e do Dr. Armando Vara.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não lhe sei dizer quem é que me falou nos nomes em primeiro lugar. Poderei, eu próprio, pessoalmente, ter-me lembrado, porque conhecia o Dr. Santos Ferreira e o seu trajeto. Era um nome conhecido do setor financeiro e pareceu-me que seria uma boa escolha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Professor.

Julgo que não conseguirei perceber de onde é que vêm, mas já percebi que são da sua responsabilidade. Poderão eventualmente, permita-me agora

que lhe diga, depois destas explicações, ter sido da sua autoria ou não. Podem, eventualmente, não ter sido, porque não se recorda se alguém lhe terá sugerido esses nomes — disse-o — e, portanto, fica agora no segredo do que aconteceu lá atrás quem lhe terá sugerido esses nomes.

Sr. Professor, algo que também acho muito estranho, e que abordarei numa segunda ronda, é toda a questão do padrão que há, confesso-lhe, entre os projetos classificados como PIN (potencial interesse nacional) pelo seu Governo, o financiamento da Caixa Geral de Depósitos a esses projetos e o volume enorme de imparidades que resultou de todos esses investimentos.

Quero dizer-lhe que acho um padrão estranhíssimo, confesso — e tenho de lho dizer com muita lealdade.

Mas, uma vez que falou do Dr. Francisco Bandeira, aproveitaria os minutos que me restam para lhe falar de uma questão que também julgo importante para os trabalhos da Comissão de Inquérito e que tem a ver com a administração do BPN na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Prof. Teixeira dos Santos tomou uma das decisões, creio, mais difíceis, do ponto de vista da gestão do sistema financeiro, aquando da nacionalização do BPN, e foi escolhida uma equipa para administrar o BPN dentro da Caixa Geral de Depósitos. Lembra-se de quem convidou para essa equipa, Sr. Professor?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não convidei ninguém para a equipa do BPN.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi a Administração da Caixa!

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Foi cometido à Administração da Caixa designar a equipa que iria gerir o BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não sugeri, portanto, nenhum nome?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não sugeri nenhum nome. Os nomes foram-me apresentados, na altura, pelo... Nessa altura, já foi o Eng.º Faria de Oliveira, que estava à frente da Caixa, e que me...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não se recorda dos nomes...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Norberto Rosa...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Era o Dr. Francisco Bandeira, o Norberto Rosa... Desculpe, Sr. Deputado, mas posso... Há um outro nome...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — José Lourenço Soares.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sim, talvez... E havia um outro nome, um outro administrador que... Não sei se tenho aqui a indicação de nomes... Desculpe...

Não tenho e não me lembro, mas houve um outro administrador da Caixa que...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Ficou adstrito ao BPN.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não, não, que estava na Caixa e que...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Passou para o BPN.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não, não passou. Manteve-se na Caixa e assegurou também a Administração do BPN.

Se, entretanto, me recordar do nome, digo-lhe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, antes de aprofundar a questão, queria perguntar-lhe como é que avalia, como é que classifica, a esta distância, enquanto Ministro das Finanças da altura, porque teve, certamente, de a acompanhar — estamos a falar de um banco que foi nacionalizado num momento, diria, dramático para o sistema financeiro, aliás, até foi a questão do efeito dominó o argumento utilizado para a nacionalização, —, a Administração do BPN dentro da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Acho que a Administração do BPN levou a cabo uma tarefa bastante difícil, num período muito difícil que afetou a economia e o setor financeiro português e internacional, que foi a de, em primeiro lugar, identificar mais plenamente as imparidades que afetavam o balanço do BPN. Isto porque, quando o BPN foi nacionalizado, a avaliação que tínhamos era ainda uma avaliação limitada.

Teve de levar-se a cabo uma avaliação pormenorizada para ver a situação financeira do banco e teve de levar-se a cabo um processo até de

restatement — falha-me o termo em português —, de revisão das contas e de correção às contas dos anos anteriores, precisamente para introduzir verdade na informação financeira que, entretanto, tinha sido reportada e procurou desenvolver-se um modelo de recuperação do banco em circunstâncias muito difíceis.

O banco, apesar de ter continuado, durante algum tempo, a dar prejuízo, reduziu-o substancialmente e foi procurando normalizar a sua atividade. Preparar a alienação do banco tinha sido o compromisso político do Governo, ou seja, o de alienar o banco logo que possível e colocá-lo em mãos privadas.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Professor lembra-se bem — tenho a certeza que sim —, ainda que sejam de complexidade jurídica, de todos os diplomas que levaram à nacionalização do BPN.

O Sr. Professor entende que, dentro desse cabimento jurídico e dentro daquelas que foram, certamente, as instruções da tutela à Caixa Geral de Depósitos para a administração do BPN, cabia ao BPN, àquele BPN, dentro da Caixa Geral de Depósitos, nessas condições que o Sr. Professor agora elencou, continuar a ceder crédito, fosse a empresas, fosse a particulares?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, primeiro, o BPN nunca esteve dentro da Caixa. Esteve sempre fora da Caixa, foi sempre uma entidade independente da Caixa.

A Caixa assegurou a gestão do BPN nesse período de transição.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Se me permite, Sr. Professor, quando disse «dentro da Caixa» foi porque, como sabe, o BPN se financiava na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — O BPN financiou-se na Caixa Geral de Depósitos e financiou-se por força da lei, porque a própria lei determinou que deveria ser a Caixa a assegurar o financiamento, atentas as dificuldades que o BPN tinha, na situação em que estava, para, por si, obter a liquidez de que necessitava para a sua atividade.

Portanto, o Estado, aí, foi garante do financiamento que a Caixa teve de fazer ao BPN. Aliás, ao que sei, foram valores que a Caixa recuperou e que, portanto, que eu saiba, não causaram dano à Caixa, como instituição.

O BPN era um banco que, tendo havido a decisão de o manter enquanto banco, tinha de desenvolver o seu negócio, ou seja, procurar receber depósitos, para fazer face às suas necessidades de liquidez, e conceder crédito. Tinha de ter um modelo de negócio e um modelo de negócio que fosse sustentável e rentável, para poder ser alienado, porque era esse o objetivo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Professor tocou num ponto que era aquele a que eu queria chegar.

O BPN financiava-se junto da Caixa Geral de Depósitos, porque era assim que a lei determinava, com a garantia do Estado. Portanto, a Caixa Geral de Depósitos estava, de facto, salvaguardada, porque receberia sempre do Estado aquilo que o BPN não pudesse pagar. E terá sido isso que, em determinadas circunstâncias, aconteceu.

Mas, Sr. Professor, o que lhe queria perguntar, com toda a franqueza e lealdade, mais uma vez, é se acompanhou e sabia ou se nem acompanhou nem sabia ou se acha normal que o BPN, nessa altura, tenha concedido mais de 500 milhões de euros de crédito, grande parte do qual era crédito novo.

Sr. Professor, esse era até crédito de pessoas que se financiavam no BPN para pagar os créditos que tinham na Caixa Geral de Depósitos, ou seja, trocando o risco instituição/cliente por um risco para o Estado, como é evidente, porque o Estado era sempre o último garante desse pagamento. Acha isso uma gestão cautelosa? Era essa a gestão que queria para o BPN ou alguma vez isto se lhe afigurou como um ato de gestão danosa?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não tenho elementos concretos quanto a essas operações, mas não me surpreende que as instituições obtenham créditos numa instituição para pagar outros créditos, aliás, qualquer devedor faz isso, isto é, endivida-se para pagar dívidas e não tem, necessariamente, de chegar a acordos de operações financeiras, de fazer o *rollover* da dívida na instituição em que está. Pode obter financiamentos de outra instituição para cumprir as suas obrigações financeiras numa instituição, renovando, obviamente, a dívida com outro credor. São operações normais e habituais que ocorrem na banca e no sistema financeiro. Isso, em si e por si, sem mais pormenores, não me causa qualquer surpresa.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, tornou-se habitual aquele comentário final depois dos 8 minutos e, já agora, também gostaria de tecer um comentário a esta última declaração do Prof. Teixeira dos Santos, como fez, aliás, o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ao Sr. Deputado Miguel Tiago dei essa tolerância, porque a certa altura me esqueci de desligar o cronómetro e, portanto, retirei-lhe tempo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Se não posso, não posso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Teixeira dos Santos, os meus cumprimentos.

Antes de mais, quero só dizer ao Sr. Deputado Hugo Lopes Soares que aquilo que a Caixa garantia era a dívida do BPN, não os créditos concedidos pelo BPN. Portanto, a sua pergunta...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É evidente! Deu-nos uma grande lição agora!...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não, pelos vistos, não era muito evidente para si, porque fez a outra pergunta.

Sr. Prof. Teixeira dos Santos, a minha primeira pergunta vai no sentido de saber se nos pode dizer qual o currículo do Dr. Carlos Santos Ferreira que o levou a considerá-lo a pessoa adequada para presidir à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, que me recorde, tinha tido um lugar de destaque, entre outros cargos... Não estive a ver o currículo do Dr. Carlos Santos Ferreira para vir para aqui.

Mas, do que me recordo, na altura, era a carreira que o Dr. Carlos Santos Ferreira teve, essencialmente, no Grupo Champalimaud e, em particular, à frente do Grupo Mundial Confiança. Era um conhecedor do setor financeiro, na vertente da atividade seguradora e também, por arrastamento, necessariamente, da área bancária.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — O Prof. Campos e Cunha não achou, no mínimo, estranha a nomeação de Armando Vara como vogal do Conselho de Administração da Caixa, porque, disse, e cito, «era apenas o responsável pela segurança».

Foi com base nessa experiência, como responsável pela segurança, que convidou Armando Vara para vogal do Conselho de Administração ou ele não tinha experiência na segurança e a experiência na Caixa era outra?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — O Dr. Armando Vara fez uma carreira na Caixa como funcionário bancário e ocupava um cargo de diretor coordenador. O que para mim relevava, além do mais, era o conhecimento da instituição, o conhecimento dos seus quadros e da alta direção da instituição e a capacidade de liderança, que acho importante para estes cargos.

Portanto, era alguém que, obviamente, tinha familiaridade com o negócio bancário, era alguém que tinha — e, para mim, era importante — a ligação da Administração com a própria «casa» e considero importante que a Administração de uma «casa» como a Caixa Geral de Depósitos, e não só, também outras, tenha alguém que sinalize aos trabalhadores da instituição que os seus altos quadros têm acesso à Administração e podem ocupar cargos de Administração. Esse era também um sinal importante.

Mas era alguém que conhecia a «casa», conhecia a alta direção e tinha uma posição que, segundo me parecia, poderia ser importante para mobilizar o pessoal da Caixa em torno do seu projeto estratégico.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Se calhar, ele não era o responsável pela segurança...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Neste momento, sinceramente, não lhe sei dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Sr. Professor, pode dizer quais foram os lucros da Caixa em 2006, 2007 e 2008, bem como a evolução dos rácios principais do banco, nomeadamente o rácio de capital e um indicador que tenha nos seus papéis sobre a qualidade dos ativos, designadamente a taxa de crédito e o rácio de crédito em risco. Qual a evolução da Caixa, ao longo desses anos, até ao início da crise financeira e, já agora, como é que compara com os congéneres no setor?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não tenho dados para fazer comparações com o setor em todos os itens, mas, por exemplo, os resultados da Caixa, antes de impostos, em 2005, foram de 674 milhões, aumentaram para 990 milhões em 2006 e para 1075 milhões em 2007. Caíram no ano de 2008, que foi o ano da crise, para 662 milhões e, depois, para 374,5 milhões em 2009, ou seja, os piores anos da crise que nos afetou nessa altura, não entrando nos anos mais recentes.

Mas noto que, de 2005 até ao início da crise, os resultados passaram, repito, de 674 milhões, em 2005, para 1075 milhões em 2007.

O chamado *return on equity* (ROE), o rácio de retorno do capital próprio, aumentou, de 15% para 17%, de 2005 a 2007.

Em termos de rácios de qualidade de crédito, não tenho aqui elementos para os anos anteriores a 2007, mas, em 2007, andava nos 2% de crédito vencido. Não havia na altura... Não há informação sobre NPL (*non-performing loan*), que é algo que só mais recentemente é que começou a ser contabilizado.

Em termos de rácio de adequação de capital, o rácio global de solvência manteve-se nos 10,7%, em 2008, e nos 10,1%, em 2007, e era de 12,4%, em 2005.

A Caixa teve sempre um rácio, diria, confortável, atentas aquelas que eram, na altura, as exigências de solvabilidade.

O rácio *Tier 1* acompanhou esta evolução. O *Tier 1* era mais baixo, era de 6,2% e andou sempre à volta de 6% ou 6,2%.

Já referi o crédito vencido e, por exemplo, relativamente a depósitos...

O Sr. **João Galamba** (PS): — O crédito vencido, por acaso, não referiu. Se pudesse referir a evolução ao longo desses anos...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Tinha aqui comigo o rácio de crédito vencido de 2% em 2007, não é?

O Sr. **João Galamba** (PS): — A evolução em 2005, 2006, 2007, 2008...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Por acaso, não tenho aqui números, mas com certeza que podem obter esses números nos relatórios e contas. Esses números não são segredo, são informação pública.

Os depósitos aumentaram cerca de 8% nesses anos: de 50 000 milhões para 54 000 milhões, de 2005 a 2007; o crédito aumentou de 51 000 milhões para 68 000 milhões; o capital próprio da Caixa aumentou de 4300 milhões de euros para 5500 milhões de euros, entre 2005 e 2007.

Olhando avulsamente para esses indicadores, verifica-se que houve uma melhoria do balanço e dos indicadores de robustez financeira da Caixa, que se mantiveram confortáveis e robustos ao longo destes anos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Há bocado falou-se de estranhas coincidências e parece haver uma estranha coincidência entre a degradação financeira significativa da Caixa, a degradação financeira de todos os bancos do sistema, nacional e internacional, e a crise financeira à qual se seguiu, também, uma crise económica. Digo-lhe isto porque há quem pareça querer defender uma tese geral de que «Bem, a Caixa tem problemas no seu balanço porque houve irregularidades na concessão de crédito».

Pode ter havido, como é evidente. Há bocado, o Deputado João Pinho de Almeida citou aqui valores de 130, 120 milhões, Vale do Lobo — já não me lembro —, mas podemos citar outros que, se calhar, não são tão «picantes» em termos mediáticos. Mas, por exemplo, não parece causar grande prurido a alguns Deputados que, por via de participações financeiras passadas, a Caixa, em 2007, tenha perdido cerca de 380 milhões de euros no BCP, que é, basicamente, a soma dos valores todos que referiu. Mas parece que essas... Portanto, o *stress* é escolher a dedo alguns créditos.

O Sr. Prof. Teixeira dos Santos conhece, certamente, dos jornais estes casos de imparidades de 100 milhões. Conhece algum crédito que, ao contrário, tenha dado lucros, também concedido na mesma altura? Se quiser singularizar aqui algum crédito em concreto que tenha dado lucro e se nos puder ajudar nessa matéria...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não, infelizmente, não tenho. Como há pouco referi, o prolongamento de uma situação de crise na economia portuguesa, prolongada e profunda, teve sem dúvida, consequências na atividade bancária.

A atividade bancária é uma atividade que envolve risco. Financiar outras entidades envolve sempre um risco. E quando, de facto, há uma degradação das condições económicas, as entidades devedoras têm dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros e quem sofre são as instituições bancárias, são os bancos.

Quando estamos perante uma crise prolongada durante quase três anos, de recessão contínua, como não houve memória na nossa história desde que há registo em termos de estatísticas nacionais da evolução da economia, sem dúvida que essa crise sujeita o sistema bancário a um *stress* sem precedentes, para o qual o sistema bancário não estava preparado e estava longe de se adivinhar no passado, mesmo nos piores cenários que se fazem nos testes de sensibilidade, os chamados *stress tests*, que pudesse ocorrer. Nunca no passado, e recuando 10 anos, um cenário desta natureza seria um cenário pensável para um cenário de *stress*, quer dizer, uma recessão desta natureza.

Mas, mesmo assim, permita-me que recorde números da Autoridade Bancária Europeia que vieram muito recentemente a público, referidos a meados do ano passado, a 30 de junho de 2016, que nos mostram, por exemplo, em termos de NPL, os chamados *non performing loans*, que a

Caixa Geral de Depósitos tinha um rácio relativamente ao crédito total de 16,6%, abaixo de rácios de outros bancos de dimensão análoga à da Caixa no nosso sistema bancário português.

A Caixa não é o pior desses bancos e o grau de cobertura dessas imparidades é, também, um grau elevado e acima da média do setor bancário.

Portanto, não só em termos deste indicador de dificuldade, de debilidade ou de fragilidade do balanço dos bancos, que é usado universalmente, os NPL, a Caixa não é a instituição bancária, das de maior dimensão no nosso sistema bancário, com o pior desempenho. Não é!

Portanto, podemos encontrar em todas essas instituições, na Caixa e noutros bancos, operações que correram mal, que deram origem a grandes imparidades. Encontraremos sempre operações e imparidades significativas em virtude, essencialmente, repito, de um período de crise que creio ter sido um período exceccionalmente longo e gravoso para a economia portuguesa e para o setor bancário português.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Tirando o caso da intervenção em disputas de poder em bancos privados, que, de facto, é uma operação difícil de entender e de aceitar num banco como a Caixa Geral de Depósitos, gostava de ter o seu comentário sobre isso e que tipo de...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sobre?...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sobre o financiamento. Quando houve a disputa de poder no BCP, a Caixa financiou, em grande medida, parte dos acionistas que vieram a conquistar o poder nessa instituição. Gostava de ter um comentário do Prof. Teixeira dos Santos.

Entendo que essa é uma operação incompreensível, que, obviamente, não explica todas as imparidades da Caixa, que, aliás, explicará uma ínfima percentagem das imparidades da Caixa Geral de Depósitos, mas queria centrar-me um pouco na questão das imparidades porque me parece, de facto, um mau serviço à Caixa Geral de Depósitos não se olhar para a Caixa no contexto em que estava situada.

Os dados que citou agora, que, se não me engano, vieram há uma ou duas semanas no jornal *Público*, são importantes para contextualizar a Caixa. Não significa que o setor não tenha problemas, significa, apenas, que a Caixa, face à média do setor, não está pior, mas o setor, como um todo, não está muito bem. A Caixa só não é muito pior do que os outros bancos.

Uma das questões que surgiu à época, embora não explique certamente que a Caixa seja pior do que os outros bancos — que não é —, pode explicar parte das imparidades da Caixa, que, aliás, foi muito criticada pelo Prof. Campos e Cunha e por outros, é a seguinte: quando eclodiu a crise financeira, o Prof. Teixeira dos Santos redefiniu as orientações aos acionistas, dando um papel à Caixa de política de crédito contra cíclica, numa altura em que todos os bancos do sistema português fechavam agressivamente a torneira e, portanto, tinham uma política pró-cíclica de agravamento da crise.

Pergunto se o Prof. Teixeira dos Santos ou o Governo deram orientações à Caixa Geral de Depósitos para ter uma política contra cíclica de crédito e, de alguma maneira, atenuar a restrição empreendida pelos outros bancos e pela dinâmica económica em geral.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Durante esse período de crise de 2008-2009, procurou-se sempre apoiar o sistema bancário em geral, incluindo também a Caixa, no acesso à liquidez, para que se pudesse assegurar o financiamento necessário à atividade económica de

forma a atenuar as implicações que uma contração do crédito teriam sempre na atividade económica, como vieram a ter.

Nesse sentido, a Caixa teve orientações do acionista de que deveria envidar esforços significativos para manter a sua atividade de crédito e de conceder crédito às empresas. Atenção, o crédito não era cego, isto é, não era dizer: «Vamos esquecer o risco e dar crédito por dar crédito». Não!

O que se procurou foi assegurar que a Caixa tinha acesso a liquidez, e recorde que, particularmente a Caixa, durante o período da crise, teve uma capacidade de liquidez até melhor do que os outros bancos, porque serviu de instituição de refúgio para muitos depositantes durante o período da crise, o que lhe permitiu ter algum conforto de liquidez, em termos relativos, ou melhor, em comparação com os outros bancos.

O facto de a Caixa ser uma instituição detida pelo Estado também permitia ou dava uma garantia, pelo menos aos mercados onde a Caixa tinha de se refinar. Isso era sempre algo que favorecia a Caixa no período de crise, onde havia muitas dúvidas quanto a outros bancos e desconfiança relativamente à solidez financeira dos bancos, algo de muito característico da crise durante esses anos.

Portanto, a Caixa tinha condições de liquidez que lhe permitiam manter uma regularidade da sua atividade, refletindo a situação de maior aperto, de maiores dificuldades, mas que estava numa situação melhor do que os restantes bancos, pelo que, nesse sentido, a Caixa poderia ou deveria manter a sua atividade de financiamento da economia, como, aliás, é o seu mandato e a sua missão e é, ao fim e ao cabo, o que está no centro do negócio, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Vou falar apenas de uma das imparidades que tem sido referida, ou que foi referida pelo Deputado João Almeida, da fábrica da Pescanova. Tenho sempre alguma dificuldade em perceber se o que é dito é: «O crédito veio a correr mal». Ou se é: «não deveríamos ter dado esse crédito à Pescanova».

Qual é a posição do Prof. Teixeira dos Santos sobre essa matéria? Tem algum conhecimento de alguma irregularidade ou irresponsabilidade na concessão desse crédito, ou, depois, infelizmente, veio uma crise financeira que levou à falência a empresa a quem foi concedido o crédito e, portanto, naturalmente, esse crédito acabou por correr mal?

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, não me posso pronunciar sobre qualquer operação em concreto em que eu não tenha tido intervenção. Não tenho informação. Não estou em condições, obviamente, de avaliar a operação da Pescanova, na qual não interfeiri, não intervim, nem vi qualquer informação sobre essa operação.

O que lhe posso dizer é que a prática na banca é a de que as operações ou os projetos são submetidos e é avaliado o risco. Há, obviamente, sempre uma projeção do custo do investimento, do envolvimento, neste caso, do financiador, da capacidade de libertação de meios no futuro da atividade do projeto, da capacidade de o projeto pagar o seu financiamento. Avaliam-se os riscos, toma-se uma decisão nessa base e, consoante a avaliação que se faz do risco, define-se o *spread* a aplicar na operação de financiamento. É isto o que a banca faz.

Os bancos têm direções de risco que devem fazer a avaliação e têm as direções comerciais que, obviamente, conduzem os negócios, que fazem os contactos com os clientes e com os promotores dos projetos, que procuram atrair o negócio para a instituição. As direções de crédito devem fazer estas projeções e esta avaliação financeira dos projetos e do seu grau de risco e o

Conselho de Crédito, que é um órgão colegial das instituições, deve avaliar, na base da informação que é produzida internamente pelo *staff* técnico do banco, o projeto e decidir.

Portanto, quero crer que aquilo que se passou com essa operação na Caixa, como com muitas centenas, milhares de outras operações na Caixa, seguiu esta tramitação. São sujeitas a uma avaliação pelas entidades, os órgãos internos de avaliação de risco emitem um parecer, parecer esse que é levado ao Conselho de Crédito, que é a entidade que avalia o projeto e toma a decisão sobre ele, na base da informação que é dada, quer pela área comercial, quer pela área de risco da instituição. Esta é a boa prática bancária.

No meio disto tudo, estou há seis meses à frente de uma instituição bancária, já participei em dezenas de conselhos de crédito nessa instituição e tomámos decisões.

Sr. Deputado, daqui a alguns anos algumas podem correr mal? Podem! Nós sabemos que este é um negócio de risco e, por isso, há um *spread*, há um prémio de risco que, ao fim e ao cabo, cobramos nas operações, porque nem sempre as coisas correm como podemos esperar. E quando uma economia é sujeita a uma crise profunda, que não foi uma crise local ou regional, foi uma crise mais vasta, à escala planetária, sem dúvida que o sistema bancário, aqui como lá fora...

O problema das imparidades, dos NPL, não é um problema da banca portuguesa, é um problema de muitos bancos na Europa e fora da Europa, e é o reflexo desta crise que nos tem vindo a afetar nos últimos 10 anos.

Não quero com isto dizer, atenção, que não há nas instituições decisões que tenham sido mal tomadas ou apressadas, Sr. Deputado. Não estou em condições de o dizer. Não estou!

Mas isso, acho, sai fora do âmbito, diria, de uma análise do ponto de vista económico-financeiro e entrará, se calhar, num fórum mais de natureza

penal, em questões de má gestão, etc. Mas, repito, não tenho elementos, qualquer informação ou qualquer elemento que me indique que houve uma gestão danosa, deliberada e que houve decisões que foram tomadas com intuito danoso. Não tenho qualquer indício nesse sentido.

Por isso, digo que há coisas que correram mal na Caixa em projetos que a Caixa financiou como correram em muitos outros bancos. Se há indícios ou suspeitas de outras coisas, investigue-se, tire-se a limpo! É o que eu posso dizer.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Se quando chegou a Ministro das Finanças tivesse conhecimento de práticas graves na Caixa Geral de Depósitos no período que o antecedeu, o que é que faria com esses factos, a quem é que comunicaria? O que é normal acontecer num banco quando são identificadas práticas graves que violam, por exemplo, o funcionamento de um banco, crédito concedido sem garantias, violação dos pareceres da comissão de crédito ou nem sequer levar créditos à apreciação da comissão de crédito? Quais as consequências para uma gestão desta natureza e o que é que acontece normalmente quando isso é identificado?

Se for um administrador do banco que se identifica, qual é a responsabilidade do administrador do banco, ou do supervisor, ou do acionista, se ele tiver conhecimento da identificação de operações dessa natureza?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Acho que, seja ministro ou seja cidadão, numa situação em que se toma conhecimento de

práticas de natureza, digamos, irregular — e quando digo irregular pode ter uma natureza contraordenacional e pode ter uma natureza, diria, penal, depende, obviamente, do tipo de infração ou de delito que possa estar a ser cometido e da sua gravidade —, a obrigação, em particular de um governante, é a de comunicar isso de imediato à autoridade competente. Consoante a natureza da informação, indiciando o tipo de infração, comunicar ao regulador/supervisor, que tem poderes sancionatórios no domínio contraordenacional, ou à Procuradoria-Geral da República, se, por acaso, estivermos perante matéria que possa ser de natureza penal.

Foi isso que fiz sempre que tomei conhecimento de atos que pudessem indiciar irregularidades.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, antes de lhe dar a palavra peço ao Sr. Vice-Presidente Paulo Trigo Pereira o favor de me substituir.

Entretanto assumiu a presidência o Vice-Presidente Paulo Trigo Pereira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — O Sr. Prof. Teixeira dos Santos esteve envolvido também nos planos para o setor financeiro, na sequência do resgate da troica. Era Ministro das Finanças na altura.

Para além da recapitalização do setor, é ou não verdade, que estava planeada uma profunda auditoria à qualidade dos ativos, aos processos de concessão de crédito, em linguagem mais simplista, uma radiografia exhaustiva aos bancos portugueses?

É ou não normal que, se houvesse irregularidades graves, gravíssimas, e até com contorno criminal, essas irregularidades tivessem sido

identificadas no decurso dos processos de auditoria e de inspeções especiais que ocorreram entre 2010 até ao presente? Não seria normal identificarem-se essas irregularidades e, na eventualidade de haver matéria contraordenacional, o Banco de Portugal abrir os procedimentos que o regulador normalmente toma nestas situações ou, então, até a denúncia à Procurador-Geral da República?

É que, estranhamente, neste período não temos conhecimento de nada. Então, não é normal, quando se faz uma radiografia no setor, se essas são práticas que eram comuns em certos bancos, que se tenha conhecimento delas, que elas sejam investigadas ou pelo Banco de Portugal ou pelas autoridades, como, por exemplo, a Procuradoria-Geral da República?

Estranhámos apenas que a recapitalização tenha sido feita em 2012, que tenha sido feita uma radiografia exaustiva à Caixa Geral de Depósitos e que, subitamente, só quase cinco anos depois, os que, na altura, eram responsáveis pela Caixa Geral de Depósitos comecem a lançar boatos e insinuações sobre matérias relativamente às quais, quando tinham poder para decidir, aparentemente, nada fizeram.

É sobre esta estranheza, e dada a sua experiência como Ministro das Finanças e atualmente também no setor bancário, que lhe pergunto se é ou não normal que nesses processos essas radiografias identifiquem crimes, caso eles existam.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, o que é desejável é que, sem dúvida, essas inspeções identifiquem essas situações. Não tenho ilusões de que sempre poderão ocorrer situações em

que, apesar desse escrutínio, o radar das autoridades de supervisão possa não detetar algumas das irregularidades.

Mas uma coisa para mim é clara...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Só uma coisa: é que é dito que se sabe, que sempre se soube.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sim, é um pouco a ideia de que toda a gente sabia, parece que todos sabiam, menos quem deveria saber! Não é?

Bem, o que é certo é que uma das áreas que me parece importante da ação do supervisor é ver até que ponto estas boas práticas, que há pouco referi, do processo de concessão de crédito são seguidas, isto é, no fundo, até que ponto os mecanismos de controlo interno estão operacionais e são eficazes. E isso é sujeito a auditoria, é sujeito a supervisão e, portanto, é nesta sede que, se por acaso há operações que foram decididas de forma irregular, elas devem ser detetadas, no âmbito deste tipo de inspeções ou de auditorias. Tudo isto tem muito a ver com as práticas internas no processo de crédito, de controlo interno e dos mecanismos de controlo interno instalados.

Obviamente que irregularidades desse tipo deveriam ser detetadas no âmbito dessas ações.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, quero agradecer a presença do Prof. Teixeira dos Santos e cumprimentá-lo.

Já muitas questões foram colocadas, muitas respostas foram dadas, mas, ainda assim, gostaria de voltar a um assunto, porque há aqui uma questão que não compreendi muito bem e que tem a ver com uma das justificações que o Prof. Teixeira dos Santos deu para a demissão da Administração da Caixa Geral de Depósitos e que tinha a ver com a inexistência do voto de louvor que, enfim, era normal acontecer.

Não percebi se esse voto de louvor não foi apresentado no passado ou foi apresentado e foi chumbado pelo acionista.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, referi aqui algo que a minha memória me diz, não lhe sei dizer em que condições. Tenho uma vaga reminiscência, que foi contraditada pelo Sr. Deputado João Almeida...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é por mim! É por algo que li na altura.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — ... e eu não ponho em causa aquilo que o Sr. Deputado João Almeida diz...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi algo que li na altura.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Certo! Muito bem. É algo que devo ter lido ou ouvido na altura, mas, independentemente disso, penso que esse aspeto, para mim, é um pormenor que não parece que seja relevante.

Para mim, o que era mais delicado era a percepção de que tivemos um período em que houve, claramente, uma grande indefinição quanto à liderança da Caixa e quanto a quem conduziria ou lideraria a instituição, que fragilizou a direção, na altura, e que, no meu entender, comprometia a sua capacidade de poder, com sucesso, levar a cabo a missão que era conferida à Caixa e levar a cabo, com sucesso, a execução do seu plano estratégico.

Como ficou claro das minhas primeiras declarações, não envolvendo qualquer juízo subjetivo quanto às pessoas, isto tinha, essencialmente, a ver com a constatação de uma situação de facto que, no meu entender, penso, prejudicava a Caixa e as perspectivas de desenvolvimento da sua atividade no futuro. Tomei essa decisão e podia ter tomado outra, como já aqui foi referido, mas, na avaliação que fiz, foi a decisão que, na altura, me pareceu que se justificava e assumo essa decisão claramente.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Na altura, o Ministério das Finanças lançou um comunicado justificando a substituição da Administração da Caixa Geral de Depósitos. A determinada altura, nesse comunicado diz-se, e passo a citar: «A sua eficácia e competitividade são decisivas para a sua afirmação no seio daquele sistema e para a prossecução da sua estratégia internacional. Para tal, uma liderança forte e uma relação com o acionista Estado assente na transparência, sindicabilidade e confiança são condições essenciais.»

Considerava que não existiam relações de transparência e de confiança com a Administração anterior?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, pelas notícias que tinham vindo a público nessa altura e por aquilo que era a imagem pública que se tinha, a ideia era que não havia boa relação entre o Governo e a Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Aliás, o adiamento, por mais do que uma vez, da sua assembleia-geral era um sintoma claro de que algo de errado existia nessa relação.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas por que é que considera que não haveria uma boa relação? Só pelas notícias públicas que existiam de alguma tensão no Governo para a substituição da Administração?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, era claro que o adiamento sucessivo da assembleia-geral e as notícias que existiam de que a Administração da Caixa, que iria ser substituída, estava a prazo, criou uma situação, de facto, de instabilidade.

Qual era o fundamento ou a raiz dessas notícias não sei. Agora sei mais do que sabia na altura, como é evidente, mas, nessa altura, claramente, o que tínhamos era uma situação em que a Administração da Caixa era questionada quanto à sua capacidade de continuar e não tinha havido da parte do Governo uma clarificação inequívoca e taxativa de qual a situação dessa

Administração, silêncio esse do Governo que, no meu entender, comprometia ainda mais essa situação. Não era um bom sinal, no meu entender.

Por isso é que há pouco dizia que não basta resistir a pressões; é preciso clarificar a situação de uma vez por todas.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Reuniu logo no início do seu mandato com a anterior Administração para clarificar a situação, ou seja, para perceber? Diz-se no comunicado que é necessário uma relação que seja assente na transparência e na confiança. Ora, há de ter algo mais para além da instabilidade criada por notícias para afirmar isto, ou não?

Então, a questão que coloco é se nesses 10 dias entre a demissão do seu antecessor e a tomada de decisão do Prof. Teixeira dos Santos de demissão da Administração, reuniu com ela para perceber quais eram os problemas e clarificar a situação.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, a avaliação que fiz da situação levou-me à decisão que tomei. Se entendesse que poderia resolver a situação com a Administração existente obviamente que teria tido uma conversa nesse sentido.

Chamei a Administração, em particular o Presidente da Administração da altura, para lhe comunicar a minha decisão e disse-lhe olhos nos olhos. Não mandei recados por ninguém, nem pelos jornais.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Só para clarificar: a única vez que falou com a Administração, nomeadamente com o Dr. Vítor Martins, foi para demitir a Administração?

Não vou colocar novamente a questão sobre se foi uma decisão sua a entrada de Armando Vara ou do Dr. Carlos Santos Ferreira na Caixa Geral de Depósitos porque já disse que sim, apesar de ser, enfim, uma coincidência grande haver aqui uma sobreposição entre pressões e nomes que eram referidos nessas pressões e, depois, esses nomes, efetivamente, terem entrado na Administração da Caixa, mas coloco-lhe outra questão: considerava que havia algum problema grave na política de concessão de crédito da anterior Administração, então liderada pelo Dr. Vítor Martins?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, não tinha qualquer informação nesse sentido.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Perguntava-lhe isto, porque...

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Peço desculpa, Sr. Deputado, só um momento.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Não tinha qualquer indicação disso com a anterior Administração, nem nunca tive indicação no mesmo sentido com as administrações seguintes.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Então por que é que se procedeu à alteração total e radical do Conselho de Crédito, depois da alteração do Conselho de Administração?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor, Sr. Prof. Teixeira dos Santos.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — O Conselho de Crédito não é definido pelo Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Compreendo isso, mas os três nomes que entraram de novo na Caixa, o Dr. Carlos Santos Ferreira, Dr. Armando Vara e o Dr. Francisco Bandeira, foram os três para o Conselho de Crédito.

O Conselho de Crédito foi totalmente renovado e estas três pessoas foram, ato direto, para o Conselho de Crédito, que, depois, foi composto ainda por Maldonado Gonelha e Celeste Cardona. Ou seja, houve aqui uma decisão, que competia ao Governo, de nomear para a Caixa Geral de Depósitos três nomes que foram diretos para o Conselho de Crédito. Não houve intervenção do Governo nesta decisão?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, como lhe disse, não é o Ministro das Finanças nem o Governo que definem o Conselho de Crédito da Caixa. Isso é algo que está organicamente definido pelos regulamentos internos da instituição.

Porventura, as pessoas que saíram foram substituídas pelas que entraram, mas ninguém melhor do que o próprio Dr. Carlos Santos Ferreira poderá esclarecer isso, porque é algo que tem a ver com a gestão e a organização internas da Caixa, na qual o Ministério das Finanças ou o Governo não têm de inferir.

Aliás, é bom que o Governo não interfira nisso — atenção! É bom que o Conselho de Crédito não seja nomeado pelo acionista, obviamente, quer se trate de um banco do Estado, quer se trate, mesmo, de um banco privado — atenção!

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Esse é exatamente o entendimento do Bloco de Esquerda e daí a estranheza de vermos os três nomes que acabaram de entrar na Administração da Caixa irem para o Conselho de Crédito. Mas colocaremos a questão ao Dr. Carlos Santos Ferreira, certamente, quando cá estiver.

Com a nova Administração e com este renovado Conselho de Crédito, é verdade que a Caixa Geral de Depósitos parece passar a ter posições menos prudentes. Isto porque foi logo a seguir a esta alteração da Administração e do Conselho de Crédito que foi constituída, por exemplo, a *Wolfpart* para atuar no segmento de imobiliário de luxo, de onde, depois, resultou Vale do

Lobo. Foi também passado pouco tempo que houve uma intervenção mais musculada em Espanha, nomeadamente, até, no apoio a um crescimento no imobiliário e, depois, na aproximação entre a CaixaBI e outros negócios e projetos que já aqui foram referidos, como o do La Seda e o da Pescanova. Foi também depois que apareceram concessões de créditos a PPP (parcerias público-privadas), nomeadamente rodoviárias.

Portanto, fica aqui a questão sobre esta coincidência temporal entre a alteração do Conselho de Crédito e todos estes casos que se vão avolumando.

Mas, queria perguntar-lhe, agora, provavelmente, mais como opinião pessoal, se considera razoável uma instituição bancária, neste caso a Caixa Geral de Depósitos, que até deve ter responsabilidades acrescidas por ser um banco público, aprovar e conceder créditos de centenas de milhões de euros para compra de ações e receber como garantia essas próprias ações.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Essa é uma das questões de opinião sobre as quais gostaria de não ter de me pronunciar.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas, enquanto Ministro das Finanças, tomou conhecimento da situação, quer dizer, conhecia-a. Toda a gente, no País, conhecia a situação de guerra que se vivia no BCP e a participação que a Caixa Geral de Depósitos tinha nela, financiando intervenientes.

Enquanto Ministro das Finanças, certamente, tomou conhecimento dos impactos que isso poderia trazer para a própria Caixa Geral de Depósitos. Por exemplo, o relatório e contas de 2008, na parte que transcreve o relatório e parecer do Conselho Fiscal, diz «...os empréstimos concedidos pela CGD

em exercícios anteriores para a compra de ações de empresas cotadas têm merecido particular atenção ao Conselho Fiscal, conforme relatórios trimestrais emitidos para a tutela...». Portanto, recebia estes relatórios trimestrais onde era dado o alerta destes créditos que estavam a ser concedidos para aquisição de ações de empresas cotadas e, enquanto Ministro, representante da tutela, e tendo em conta estes alertas e preocupações do Conselho Fiscal, teve conhecimento.

A questão que se coloca aqui é: o que é que fez para que a Caixa deixasse de ser imprudente, como estava a ser, nesta matéria?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Faça favor. Sr. Prof. Teixeira dos Santos.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Certamente que se exigiu sempre à Caixa que tomasse boas decisões de crédito e que avaliasse bem o risco das operações. Evitei sempre interferir em operações da Caixa em concreto, fossem quais fossem, porque, nesse tipo de coisas, basta começar por uma para, depois, termos uma intervenção permanente.

Nunca quis dar à Caixa qualquer pretexto para que achasse que deveria submeter à tutela as suas decisões, devia tomá-las livremente, sob sua responsabilidade, no âmbito do mandato que lhe foi dado, e responder pelos resultados.

Interferir em decisões, em operações concretas é algo que desaconselho inteiramente a qualquer acionista e em particular ao Estado, no caso da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Sr. Deputado Moisés Ferreira, está quase a esgotar o tempo, por isso, peço-lhe que seja muito rápido.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Serei rápido, Sr. Presidente.

A relação da Caixa Geral de Depósitos com o BCP já tinha um historial onde a Caixa nunca ficou bem. A Caixa já tinha tido menos-valias e perdas significativas por deter ações do BCP, portanto, já sabia, até, que elas vinham a desvalorizar-se ao longo do tempo. Por isso é ainda mais incompreensível que esteja a conceder centenas de milhões de euros em crédito para aquisição de ações do BCP, aceitando essas próprias ações como garantia desse empréstimo.

O Sr. Ministro diz que não interveio, que não teria de intervir nessa matéria. Provavelmente, aí discordamos, até porque tinha as preocupações do Conselho Fiscal que alertava para essa situação.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — E, para terminar, Sr. Deputado...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Termino, perguntando, então, de quem é a responsabilidade desta participação na guerra do BCP. É do Conselho de Crédito, para onde entraram as três pessoas que foram nomeadas pelo Ministro Teixeira dos Santos?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Sr. Prof. Teixeira dos Santos, faça favor.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, a operação que refere, como qualquer outra, é uma operação de que tomámos conhecimento depois de a decisão ter sido tomada. Repito: tomámos conhecimento depois de a decisão ter sido tomada.

Portanto, o acionista não tinha, de forma alguma, de intervir ou deveria ter intervindo nesse tipo de operação. Essa foi uma operação avaliada e decidida e da responsabilidade de quem estava à frente da instituição nessa altura. Posteriormente, tendo tido as consequências que teve e a apreciação que teve do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração teve de tirar daí as ilações devidas.

Mas, repare, a situação do acionista Estado, nessa altura. O acionista é confrontado com uma decisão já tomada, relativamente à qual não havia nada a fazer. A decisão estava tomada e o risco estava assumido. Isso que seja claro!

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Vamos dar início à segunda ronda de perguntas, em que os Srs. Deputados vão intervir consecutivamente, dispondo de 5 minutos para o efeito, sendo que a resposta será conjunta e dada no final.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Presidente, se me dá licença, o membro da Administração da Caixa que também esteve a assegurar a Administração do BPN era o Dr. Pedro Cardoso — há bocado não me recordei do nome.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Obrigado, Sr. Professor. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Professor, esta ronda tem necessariamente de ter questões mais curtas e colocadas sequencialmente.

Temos estamos a falar aqui, resultando das respostas que o Sr. Professor tem dado às questões que temos colocado, de, nalguns casos,

coincidências, noutros, de independência da equipa de gestão e convém, nesta segunda ronda, clarificar alguns desses pontos.

Relativamente à independência da equipa de gestão e à estratégia do acionista, tenho aqui uma notícia de 25 de fevereiro de 2009, com declarações do Sr. Primeiro-Ministro da época, Eng.º José Sócrates, que diz o seguinte: «O Ministro das Finanças pediu informações sobre isso e tem um memorando». O «isso» era a operação de compra pela Caixa Geral de Depósitos de 10% de ações da CIMPOR ao empresário Manuel Fino. O que pergunto é: tendo em conta as respostas que o Sr. Professor deu na primeira ronda, escapou-lhe este pedido de informação e este memorando? Foi só desta vez que pediu informações à Caixa sobre uma operação concreta? O Primeiro-Ministro da altura mentiu ou, efetivamente, pediu informação desta vez e pediu informação de outras vezes sobre operações em concreto?

Ouvi o detalhe da resposta que o Sr. Professor deu, dizendo que o Ministério das Finanças não tinha nunca dado orientações à Caixa Geral de Depósitos. Vou ter de colocar a questão noutros termos: quem eram os interlocutores do Governo e da Caixa Geral de Depósitos nas relações entre acionista e gestão da Caixa? Era só o Sr. Ministro que falava com a Caixa Geral de Depósitos? Era o Sr. Ministro e mais alguém da sua equipa? Havia outras pessoas fora do Ministério das Finanças que se relacionavam com a Caixa Geral de Depósitos e que, regularmente, falavam com ela? Com que periodicidade é que o Sr. Professor, enquanto Ministro, despachava com o Presidente da Caixa Geral de Depósitos? Da parte da Caixa Geral de Depósitos, era só o Presidente que tinha relação com o Governo ou havia administradores que também a tivessem? Que administradores e com que membros do Governo?

Depois, a questão do BCP, como já foi referido por diversos Deputados no primeiro grupo de questões, é relevantíssima.

O Sr. Professor disse que tinha tomado conhecimento da intenção do Dr. Santos Ferreira de sair da Caixa Geral de Depósitos e ir para o BCP porque o próprio lhe transmitiu. Acontece que, nessa altura — estamos a falar de dezembro de 2007 —, já as notícias sobre a participação da Caixa Geral de Depósitos na guerra que existia no Millenium eram abundantes. Toda a gente sabia, porque era noticiado, que se Joe Berardo tinha determinada utilidade estratégica para determinados *players* dessa guerra era porque a Caixa Geral de Depósitos o tinha financiado.

Joe Berardo estava a apoiar uma estratégia de tomada de poder na Caixa Geral de Depósitos com o dinheiro dos contribuintes, não era com o seu próprio dinheiro. Tinha recebido um empréstimo para isso. Pior: tinha recebido um empréstimo em condições muito questionáveis, dando como garantia do empréstimo que recebia exatamente aquilo que ia adquirir com dinheiro do Estado.

O Sr. Professor já aqui disse e é verdade: há políticas de risco para concessão de crédito. Mas esta não é uma política nem é de risco, é uma duplicação do risco, porque não só emprestava como tinha como garantia o risco que inicialmente já tinha assumido, e, correndo as coisas mal — e, pasme-se, correram mesmo! —, o Estado perdia em toda a linha.

O que lhe pergunto é se sentiu traído — desculpe mas tenho de lhe colocar isto muito objetivamente — pela pessoa que tinha escolhido para liderar a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Professor escolheu uma pessoa para liderar a Caixa Geral de Depósitos em função da sua competência e sai-lhe uma pessoa que empresta dinheiro a quem tem uma estratégia de tomada de poder de um banco privado, que empresta dinheiro não só da Caixa Geral de Depósitos como tendo como garantia as próprias ações que essa pessoa ia comprar e, no culminar disso tudo, acaba proposta por essas pessoas para presidente desse

banco privado. Não acho que seja pouco para se sentir traído e pergunto se o Sr. Professor tem a mesma opinião.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Passava agora a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago, do PCP.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): - Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, do PSD.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Teixeira dos Santos, queria colocar-lhe algumas perguntas muito concretas, muito diretas. Esta segunda ronda não permite a interação que a primeira permite e, por isso, eu deixaria as perguntas de forma concreta, para que me pudesse responder também da forma mais concreta possível.

Assim, pergunto-lhe com que periodicidade é que reunia com a Administração da Caixa Geral de Depósitos e do que é que falavam nessas reuniões. Isto porque o Prof. Teixeira dos Santos já aqui discursou longamente sobre vários dos projetos e dos créditos que aqui abordámos e que trouxeram imparidades enormes para a Caixa Geral de Depósitos e disse sempre que ou sabia das operações *a posteriori* ou que nunca discutiu nada sobre elas com a Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Pergunto-lhe: operações de 300, 400, 500 milhões de euros não eram discutidas consigo, ainda por cima quando decorriam de projetos PIN (Potencial Interesse Nacional) aprovados pelo Governo? Se não eram, que conversas tinha com a Administração da Caixa Geral de Depósitos?

Pergunto-lhe também se nessas reuniões que tinha com a Administração nunca perguntou aos administradores da Caixa Geral de Depósitos acerca da operação que aqui já se falou do BCP.

No fundo, o Sr. Professor sabe bem que aquilo que aconteceu foi financiar a compra de ações do BCP com uma garantia que, como o povo diz, era o «pelo do próprio cão», que trouxe um prejuízo avultadíssimo à Caixa Geral de Depósitos. Anotei que o Prof. Teixeira dos Santos, quando respondeu ao Deputado do Bloco de Esquerda, que lhe pediu um comentário sobre esta operação, disse que era daquelas situações que preferia não comentar, já que lhe estava a pedir opinião preferia não comentar. Percebo porquê.

O Sr. Professor, do alto da sua sabedoria indiscutível nas matérias financeiras, não pode, de maneira alguma, vir aqui dizer que concordava com esta operação. Não pode! Tenho a certeza que o Professor não concorda e, por isso, preferiu não o dizer. Mas o Professor Teixeira dos Santos soube desta operação, ou no momento ou *a posteriori*, e o que eu lhe pergunto é o seguinte. chamou a Administração da Caixa Geral de Depósitos para lhe pedir explicações sobre esta matéria? Se não concordava, de facto, com esta operação, não acha esta operação um motivo bem maior para pôr em causa uma Administração da Caixa Geral de Depósitos do que notícias de jornais que davam conta de alguma instabilidade na Caixa Geral de Depósitos quando tomou posse?

Eu reformulo: não há notícia de nenhuma operação na Caixa Geral de Depósitos no tempo do Dr. Vítor Martins que coloque em causa atos de transparência, atos de gestão danosa, pelo contrário, as contas de 2005 da Caixa Geral de Depósitos demonstram excelentes resultados daquela Administração.

Por isso, Prof. Teixeira dos Santos aquilo que lhe queria perguntar,...

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

... tentando sobrepor a minha voz a algum ruído que se faz na sala, mas continuo sem problema nenhum, era se essa questão foi ou não abordada entre si e a Administração da Caixa Geral de Depósitos e se não decidi tomar medidas.

Pergunto-lhe também se não achou estranho que o Dr. Armando Vara e o Dr. Santos Ferreira, que aprovaram a operação que permitiu aos acionistas comprarem ações e reforçarem posições dentro do BCP, passados alguns meses, tenham ido para o BCP.

Sr. Professor, a pergunta é se não acha que há aqui também um padrão, se não é esquisito, ou se é mais uma coincidência, porque, se for, *I rest my case* e vivemos no mundo das coincidências.

Para terminar, Prof. Teixeira dos Santos, depois de tudo o que sabe, depois de todas as investigações judiciais, depois de todas as notícias que foram conhecidas, sabendo o que sabe hoje, pergunto se teria convidado o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara para a Caixa Geral de Depósitos, e bem sei que é um exercício difícil aquilo que lhe estou a pedir.

Por último, pergunto-lhe se tem consciência que um volume significativo das imparidades hoje registadas na Caixa Geral de Depósitos advém de créditos concedidos no tempo em que o Prof. Teixeira dos Santos foi Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Teixeira dos Santos, Caros Colegas: Começo por situar o início da minha intervenção no Memorando de Entendimento celebrado com a troica, em que um dos três

pilares tinha como objetivo a consolidação do sistema financeiro, consolidação essa que tinha associada uma linha de crédito de cerca de 12 000 milhões de euros à banca portuguesa. Entretanto, só cerca de metade, 6,4 milhões de euros, é que foram utilizados pelos bancos que operam em Portugal. O BES não recorreu a esta linha de crédito.

Pergunto-lhe como é que correram essas negociações, o que é que foi discutido, o que é que ficou assente, o que é que foi estudado para consolidação do sistema financeiro, no caso concreto da Caixa Geral de Depósitos, com quem é que conversou, com quem é que dialogou. Notícias à época, por exemplo por parte do Dr. Eduardo Catroga, diziam que o PSD influenciou muito essa negociação. Gostaria que nos desse aqui alguma informação sobre aquilo que foi esse processo.

Uma segunda questão tem a ver com a tentativa ensaiada por algumas vezes por parte do PSD para privatização de parte do capital da Caixa Geral de Depósitos. Recuando a 2002, Durão Barroso deu conta que essa era a intenção do PSD para financiar a segurança social e depois, mais tarde, numa entrevista em janeiro de 2008, Pedro Passos Coelho, respondendo à pergunta «Acha que a Caixa Geral de Depósitos devia ser privatizada?», veio dizer: «Acho. O Estado tem de exercer uma função de fiscalização de regulação na sociedade e só o fará com isenção e competência se não for ao mesmo tempo árbitro e jogador».

O Sr. Prof. Dr. Teixeira dos Santos era o Ministro das Finanças na altura, certamente confrontou-se com estas declarações, e lembro-o, até, que este assunto foi debatido em alguns debates parlamentares, aqui, na Assembleia, pelo que gostaria de lhe perguntar se, sobre este assunto, decorreu mais do que meras trocas de impressões através da comunicação social ou por debates parlamentares, se houve alguma conversa com o maior partido da oposição à época.

Outra questão tem a ver com o modelo de governação da Caixa Geral de Depósitos.

É público que houve uma grande divergência entre o Dr. António Sousa e o Eng.º Mira Amaral acerca do modelo de governação da Caixa Geral de Depósitos. O Dr. Vítor Martins, quando entrou na Caixa Geral de Depósitos como Presidente, convidado pelo então Ministro das Finanças Bagão Félix, foi Presidente da Caixa Geral de Depósitos no modelo em que assumia a total responsabilidade, não repartia a liderança da Caixa Geral de Depósitos naquele modelo de *chairman* e CEO, foi o modelo que foi adotado na altura pelo anterior governo. A decisão de este modelo de governação permanecer também foi partilhado consigo, nas conversas que manteve com o Dr. Carlos Santos Ferreira?

Recordo também uma entrevista dada pelo Eng.º Mira Amaral, que, dois meses após a saída do Dr. Vítor Martins, disse o seguinte, a propósito da instabilidade que se vivia na Caixa Geral de Depósitos: «Os ministros das Finanças das maiorias PSD/CDS-PP foram os responsáveis pela instabilidade criada na Caixa Geral de Depósitos por falta de competência técnica e por incapacidade de atuarem como acionistas».

Mais à frente na entrevista, a uma pergunta sobre como viu a escolha de Vítor Martins, ele respondeu o seguinte: «O Dr. Bagão Félix, para me substituir, foi buscar uma pessoa que é um grande especialista português em assuntos europeus mas que não tem experiência bancária». Isto foi o que foi dito na altura. Assim, peço-lhe para comentar, face ao que já foi dito sobre outros administradores da Caixa Geral de Depósitos.

Depois, a uma outra pergunta sobre se a nomeação de Armando Vara o tinha surpreendido, o Eng.º Mira Amaral disse o seguinte. «Não comento. Francisco Bandeira e Armando Vara eram diretores da Caixa quando lá estive e comportaram-se comigo com toda a competência e profissionalismo.». Esta foi a resposta do Eng.º Mira Amaral à pergunta.

Protestos do PSD.

Isto incomoda mas tem de haver alguma...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Incomoda mesmo!

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Sr. Deputado, para terminar...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, para terminar, queria também perguntar se manteve alguma conversa ou teve algumas reuniões com a Administração da Caixa Geral de Depósitos, no período em que foi Ministro das Finanças, sobre a política de distribuição de dividendos. Foi um assunto muito falado aqui, na audição com o Dr. Campos Cunha e com o Dr. António Sousa.

Queria também perguntar-lhe se teve conhecimento de alguma operação que tenha sido efetuada ou estivesse pensada para o banco Efisa. O banco Efisa era um banco de investimento do Grupo BPN, que, na altura da nacionalização, passou para a alçada da Parvalorem e que mais tarde foi alvo de uma capitalização pública de 90 milhões de euros com dinheiro do Estado, tendo sido vendido por 38 milhões de euros a uma sociedade financeira ...

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Sr. Deputado, tem de terminar.

... a que se candidatou, como acionista, Miguel Relvas.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Teixeira dos Santos, gostaria de lhe colocar algumas questões rápidas e a primeira tem a ver com o papel que a Caixa Geral de Depósitos desempenhou na gestão do caso BPN. A informação que o Bloco de Esquerda tem é que, numa fase inicial, a Caixa Geral de Depósitos fez um empréstimo avultado ao BPN, de cerca de 1,4 mil milhões de euros, ainda sem garantias bancárias.

Aliás, durante alguns anos, chegou a aparecer no relatório e contas da Caixa uma referência a isso, dizendo que, apesar de esse montante não ser garantido pelo Estado, assumia-se que estariam assim garantidos. Gostava de saber o porquê de a Caixa Geral de Depósitos, numa primeira fase, ter feito este empréstimo ainda sem garantias do Estado, o que poderia colocar alguns problemas à Caixa.

Depois, uma outra questão tem a ver com a articulação, ou não, que houve entre a Caixa Geral de Depósitos e o Governo, nomeadamente na questão da OPA à PT.

A Caixa Geral de Depósitos posicionou-se, através de Armando Vara, que nessa assembleia geral estava como representante da Caixa Geral de Depósitos, contra a OPA. Gostava de saber o que é que o Governo discutiu na altura e que tipo de articulação teve com a Caixa Geral de Depósitos para o fazer.

Comprendemos qual era o interesse do BES em continuar a ser o acionista maioritário e continuar a pôr e a dispor da administração da PT, porque sabemos hoje que a PT era o porquinho mealheiro do Grupo Espírito Santo, que não tinha liquidez e, portanto, tinha de arranjar grandes empresas com dinheiro que lhe concedessem empréstimos, que lhe comprassem papel comercial, mas gostávamos de saber o porquê de o Estado e a Caixa Geral

de Depósitos se terem posicionado desta forma e se, em contrapartida, foi depois exigido ou foi negociada com o BES a posição que o BES e a Ongoing tiveram na questão mais tardia da aquisição da TVI. Portanto, gostaria de saber se houve aqui uma articulação entre a Caixa, o Governo, o Estado, e o BES para haver esta posição neste episódio da OPA à PT.

Para terminar, gostaria de lhe colocar uma outra questão, que tem que ver com o BCP.

Como estava a dizer há pouco, a Caixa Geral de Depósitos já deveria estar, passando a coloquialidade, queimada com as relações com o BCP. Aliás, já estava a perder muito dinheiro com o facto de ter ações do BCP e, mesmo assim, aventurou-se a emprestar centenas de milhões de euros para outros participarem numa guerra de poder no BCP sem exigir garantias minimamente sólidas para esses empréstimos.

O Sr. Prof. Teixeira dos Santos disse que não era uma decisão do Governo, que não dependia de si e que não iria intervir nessas decisões. Então, pergunto: por que razão não demitiu de imediato a Administração, que estava a ter este tipo de comportamentos tão incautos e tão imprudentes? Aliás, principalmente tendo em conta que, desde 2008, pelo menos, no relatório e contas e nos relatórios trimestrais que eram enviados para a tutela, o Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos mostrava enormes preocupações para com esses créditos e para com a postura que a Caixa Geral de Depósitos estava a ter com a concessão de créditos, nomeadamente para a aquisição de ações por parte de outras pessoas.

Por que não demitir a Administração da Caixa que estava a ter tais comportamentos e porquê mantê-la até ao momento em que ela sai para o BCP?

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Sr. Prof. Teixeira dos Santos, dispõe de 20 minutos para responder. Se quiser, pode agrupar as questões, porque houve várias que se sobrepuseram.

Tem a palavra, Sr. Prof. Teixeira dos Santos.

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Gostaria de começar por responder a algumas questões que foram levantadas relativamente à relação, diria, mais funcional com a Caixa Geral de Depósitos.

Perguntaram-me quantas vezes é que o Presidente da Caixa ia a despacho. Atenção: o Presidente da Caixa não vai a despacho com o ministro. Não tem de ir. Não é um diretor-geral. Não está sujeito à tutela e à superintendência administrativa do ministro das Finanças.

Portanto, a relação que o ministro das Finanças tem com a Caixa é de respeito por ela enquanto instituição que tem plena autonomia financeira e administrativa e de decisão na sua condução. Representa o acionista e exprime-se enquanto tal na assembleia-geral. Obviamente que tem contactos de natureza informal e acompanha o desenrolar da Caixa. E esse acompanhamento era feito pelo Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, que tinha competências delegadas pelo ministro e era quem, de acordo com a delegação de competências, acompanhava a atividade da Caixa. Tinha uma relação regular, mantinha-se informado quanto à evolução da atividade da Caixa, mas nunca no sentido de dizer à Caixa «faz isto», «não faças isto», ou seja, não dava orientações específicas fosse a que operação fosse.

Não compete ao Governo, nem deve competir, e seria muito mau que competisse, dar orientações sobre operações, sejam elas de 1 milhão de euros, de 10 000 € ou de 300 milhões de euros.

O Governo não tem de interferir na forma como a Administração da Caixa conduz e leva a cabo a missão que foi cometida pelo acionista. Está sujeita, sem dúvida, ao acompanhamento, ao escrutínio e ao juízo que o acionista fará da sua atividade, mas não pode estar sujeita, no seu dia-a-dia, a uma interferência permanente na condução da instituição.

Aliás, penso que é com isso que todos nós, ao fim e ao cabo, nos preocupamos e é o cerne da questão que reúne aqui, se bem entendo, esta Comissão de Inquérito.

Relativamente à questão do financiamento da aquisição de ações, devo dizer que esta foi uma operação feita pela Caixa. Mas não foi só a Caixa que fez operações desta natureza, pelo que sei. Este tipo de operações são de financiamento. Admito que a administração de um banco possa considerar que se justifique uma operação de financiamento atentas as garantias que lhe são concedidas. Não eram só as ações, eventualmente eram outras garantias.

Independentemente do juízo que eu possa fazer dessas operações, elas que não têm um carácter de ilegitimidade naquilo que é a ação ou a decisão de concessão de crédito ou de financiamento de uma instituição bancária.

Relativamente a esta operação em concreto, não sei precisar quando é que ela começou. Mas convido os Srs. Deputados a tentarem esclarecer quando é que essa operação foi executada, porque não estou certo de que tenha sido iniciada ao tempo do Dr. Santos Ferreira.

Posso estar errado, mas tenho uma vaga ideia de que esta operação já estava a ser equacionada...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Equacionada?!...

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — ... pela Caixa antes de o Dr. Santos Ferreira assumir funções.

Isto segue a tramitação interna, que há pouco referi, de avaliação da área comercial, comité ou comissão de risco e conselho de crédito.

Como não tenho a certeza — e ressalvo isto muito claramente —, peço que tentem esclarecer exatamente quando é que esta operação começou a ser estudada dentro da Caixa. Penso que isso será importante, porque há um pouco a ideia de que houve uma conspiração da Caixa em relação à interferência no BCP. É uma tese. É uma leitura que poderão fazer.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não, é uma constatação!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — É uma desgraça!

O Sr. Prof. Dr. **Fernando Teixeira dos Santos**: — Farão as interpretações que entenderem, são da vossa responsabilidade. Têm o direito e toda a legitimidade para as fazer, mas eu não tenho de as subscrever, como é evidente.

As operações não tinham de ser discutidas com o acionista. Ainda bem que não eram discutidas, nem tinham de ser.

O Sr. Deputado Hugo Lopes Soares perguntou se as imparidades advêm do meu tempo. Sr. Deputado, não me admiro, porque também sou igualmente responsável pelas imparidades do BCP, do Novo Banco ou, na altura, do BES e de outros bancos.

Fui ministro durante seis anos, durante um período de crise profunda e, nos anos iniciais em que estávamos longe de imaginar que ia haver uma crise, os bancos tomaram decisões de crédito que depois foram afetadas pela crise enquanto eu era ministro.

Atendendo normalmente à maturidade das operações — e eu iniciei funções em 2005 —, nem todas têm períodos muito longos. É natural que

decisões tomadas em 2005, 2006 ou até mesmo em 2007, ou seja, quando a crise surgiu, levem a que os riscos se materializem. As coisas foram o que foram no tempo em que eu ainda era ministro, e eu fui ministro durante seis anos. Não me surpreende que durante o período tão longo em que fui ministro o setor bancário, incluindo a Caixa, tenha averbado as imparidades que averbou, atenta a conjuntura que vivemos.

Portanto, tive de coexistir com este período de imparidades. Tenho dificuldade em estabelecer uma relação causa-efeito com essa constatação.

O Sr. Deputado João Paulo Correia perguntou-me sobre as negociações com a troica. Durante o período de crise, desde finais de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, contactei com muita frequência com os principais bancos da nossa praça e ouvi o sentir do setor bancário quanto à situação da economia nacional e internacional, as perspetivas para o setor financeiro, as dificuldades e os riscos que tínhamos pela frente. Falei, conversei, como era minha obrigação enquanto responsável não só das finanças mas também enquanto responsável pela estabilidade, em última instância, do setor financeiro, responsabilidades que são do Banco de Portugal mas também do Governo.

Durante as negociações do Memorando com a troica, não falei com os bancos. O diálogo que desenvolvi foi com os representantes do Banco Central do Europeu, da Comissão e do Fundo Monetário Internacional, e só com eles. Não mantive contactos com os partidos da oposição. Na altura, era o Ministro Pedro Silva Pereira que estava encarregado de fazer a ponte entre o Governo e os demais partidos, informando-os e dando-lhes conta do andamento das conversações. Isso não ficou a meu cargo.

Presumo que os contactos que porventura existiram nessa altura com os bancos foram essencialmente desenvolvidos pelo Banco de Portugal, que teve um palavra importante a dizer no que tem a ver com a componente do Memorando referente à estabilidade do setor financeiro.

Mas uma coisa recordo bem: no primeiro rascunho que tive à minha frente e que me foi apresentado pela chamada «troica do Memorando» podia ler-se «privatização da Caixa», ao que, de imediato, disse «recuso-me a ver este rascunho; enquanto isto aqui estiver, não leio Memorando algum».

Essa referência à privatização da Caixa desapareceu do Memorando de Entendimento. Pelo que percebi mais tarde, o que levou as autoridades europeias e o fundo monetário internacional a retirar a referência à privatização foi a introdução de um modelo de governação da Caixa que recriasse esse tal presidente não executivo, um modelo que veio a ser instituído posteriormente, regressando um pouco ao modelo passado, como já foi referido, do tempo do Prof. António de Sousa e do Eng.º Mira Amaral.

Relativamente à distribuição de dividendos, com certeza que todos os anos, quando havia fecho de contas e a aprovação das contas, havia uma deliberação que era tomada quanto à distribuição de dividendos. Sempre se dialogou com a Caixa quanto aos termos em que se distribuían os dividendos. Isso foi feito todos os anos e era o Secretário de Estado que conduzia esse diálogo com a Caixa, na qualidade de acionista perante a administração. Um acionista quer ser remunerado do investimento feito na instituição.

Quanto à operação do banco Efisa, desconheço qualquer pormenor. Não estou em condições de comentar.

Relativamente à questão que foi levantada pelo Deputado Moisés Ferreira, o BPN precisava, de facto, de ter liquidez para desenvolver a sua atividade. E essa cessão de liquidez que era feita pela Caixa tinha a garantia do Estado.

Terão ocorrido, pelo relato que me deu, situações em que havia a definição de um limite ou de um montante que era avalizado pelo Estado para a cessão dessa liquidez. Mas, se as necessidades obrigaram a liquidez adicional, não se podia estar à espera do aval do Estado para ceder essa

liquidez, sob pena de asfixia da instituição. Mas, de facto, essas cedências de liquidez que foram feitas vieram posteriormente a ser cobertas pelo aval do Estado, o que tem um pouco a ver com o *timing*, digamos, entre o momento da necessidade da liquidez e a formalização do aval ou da concessão da garantia do Estado a esse financiamento.

Relativamente à OPA da PT, repito, o Ministério das Finanças, enquanto representante e no exercício da sua função acionista, não deu orientação à Caixa Geral de Depósitos quanto ao sentido de voto que deveria adotar na assembleia da PT que decidiu a questão da OPA, e o mesmo lhe posso dizer quanto à aquisição da TVI. Mais uma vez, são operações concretas. Não tenho conhecimento de qualquer envolvimento do Ministério das Finanças nessa operação.

Quanto à posição do Conselho Fiscal relativamente ao financiamento das ações, a questão que se coloca é essa e é uma interpretação. Não me recordo exatamente dos termos desse parecer, mas o que está em causa não será necessariamente a operação em si ou o tipo de operação. O que está em causa é, manifestamente, uma situação de risco que nessa altura se vivia. Com efeito, recordo que, em 2008, as ações dos bancos caíram a pique na Bolsa e a Caixa registou, em 2008, imparidades muito significativas, quer no crédito, quer nas ações que serviam de garantia desse crédito. Daí o alerta do Conselho Fiscal.

Portanto, na minha interpretação, o alerta do Conselho Fiscal não é um alerta à operação ou ao mérito ou demérito da operação no momento em que ela foi feita, mas sim um alerta para uma situação clara de risco em que o Banco se encontrava, atenta a evolução das cotações da banca, em particular do BCP. Basta olhar. Aliás, pessoalmente, tenho gráficos ilustrativos do que aconteceu em bancos muito importantes à escala mundial, que viram as suas cotações reduzidas em mais de 90% do seu valor. Comparando a sua cotação em junho de 2007, antes do início da crise, e em finais de 2008, é quase

passar o valor das ações de 100 para 10 ou menos de 10, por exemplo. Foi, de facto, uma queda a pique. E é essa evolução e as consequências óbvias que tem nessa operação em concreto que motiva esse alerta e esse reparo do Conselho Fiscal.

Sr. Presidente, penso que cheguei ao fim das questões que me foram colocadas, não sei se haverá mais alguma que me queiram colocar.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Não, ainda não é o fim, necessariamente.

A grelha de debate prevê a possibilidade de uma terceira ronda e gostaria de saber se há algum grupo parlamentar que pretenda iniciar essa terceira ronda. Já vejo ali uma manifestação de interesse da parte do CDS-PP.

Pausa.

Tendo em conta que não há mais ninguém interessado em colocar questões, dou a palavra ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do CDS-PP.

Sr. Deputado, dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Teixeira dos Santos, apenas pedi a palavra para fazer duas notas, porque houve duas questões que são relevantes e às quais o Sr. Professor não respondeu, designadamente às perguntas do meu colega João Almeida.

Uma das questões que foi colocada foi o facto de o Primeiro-Ministro da altura, José Sócrates, ter dito à comunicação social que o Sr. Ministro Teixeira dos Santos tinha pedido um memorando sobre a compra de 10% das

ações da CIMPOR ao empresário Manuel Fino por um valor superior ao de mercado em 25%.

A pergunta que lhe foi feita e que importa esclarecer é se o Sr. Ministro pediu ou não esse memorando à Caixa Geral de Depósitos e se, no fundo, o Primeiro-Ministro da altura teria mentido quando disse à comunicação social que o Sr. Ministro havia pedido esse mesmo memorando.

A segunda questão a que o Sr. Professor não respondeu prende-se com a passagem da Administração da Caixa Geral de Depósitos para a Administração do BCP do Presidente da Caixa Geral de Depósitos Carlos Santos Ferreira.

Como é óbvio, teve uma reunião com ele, ou, pelo menos, teve a declaração de renúncia ao cargo de Presidente da Caixa Geral de Depósitos por parte do Dr. Carlos Santos Ferreira. Acha que é uma atitude normal, depois do que foi a participação da Caixa Geral de Depósitos no financiamento-compra de ações do BCP, que a pessoa que o senhor, na altura Ministro Teixeira dos Santos, escolheu para presidir à Caixa saísse da Caixa depois de ter financiado os acionistas que o colocaram na Administração do BCP? Não se sentiu traído?

Face à ausência de resposta, a conclusão que poderemos retirar é que o Sr. Prof. Teixeira dos Santos considera essa atitude normal, porque nessa altura já se sabia desses factos, já se sabia do financiamento dos acionistas do BCP pela Caixa para a compra de ações, e esta passagem, que foi comunicada, com toda a certeza, ao Sr. Prof. Teixeira dos Santos, na altura Ministro das Finanças — porque teve que lhe ser apresentada a renúncia — obviamente que mereceria um comentário da parte do Sr. Professor.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Agora sim, a resposta e as alegações finais em 2 ou 3 minutos.

Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. Doutor **Fernando Teixeira dos Santos**: — Sr. Deputado, tem razão. De facto, tomei nota, mas acabei por não responder à questão do pedido de informação.

Sinceramente, não me recordo do contexto, das condições e do momento em que essa informação foi feita. O que lhe posso dizer é que várias vezes, ou por interpelação de grupos parlamentares, por escrito, por questões que levantavam ao Governo, ou em questões que eram levantadas nos debates parlamentares, tive de pedir informação a entidades relativamente às matérias que eram questionadas e que diziam respeito à sua atividade, não à atividade do Ministério das Finanças. Portanto, tive de obter essa informação.

Presumo que, eventualmente, no caso que refere, da aquisição dos 10% da CIMPOR, essa foi uma das situações em que a informação foi pedida. Sinceramente não lhe sei dizer se ela foi ou não pedida, já lá vão muitos anos e não estou em condições de confirmar ou renegar essa situação. Mas, repito, frequentemente ocorria ter de pedir informações. O Governo, diligentemente, tratava de obter essas informações para as prestar à Assembleia da República, quando elas eram solicitadas pelos Srs. Deputados.

Relativamente à questão da passagem para o BCP, o Sr. Deputado pede-me uma opinião. Não vou emitir aqui opiniões. Aliás, chamaram-me à atenção que temos, tanto quanto possível, de nos cingir a matéria de facto e ao facto já respondi, na questão levantada pelo Sr. Deputado João Almeida. Ou seja, em finais de 2007, o Dr. Carlos Santos Ferreira comunicou-me que não estava disponível para continuar à frente da Caixa Geral de Depósitos. Terminava o seu mandato e não estaria disponível para o renovar. Registei isso, tratei de arranjar um substituto e convidei o Eng.º Faria de Oliveira para assumir a liderança da Caixa.

Quanto a isso não tenho mais nada a acrescentar.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Sr. Prof. Doutor Teixeira dos Santos, muito obrigado pela sua presença nesta Comissão e pelos esclarecimentos prestados.

O Sr. Prof. Doutor **Fernando Teixeira dos Santos**: — Queria só dizer aos Srs. Deputados que foi um gosto estar aqui e poder prestar os esclarecimentos solicitados, na medida do possível e tanto quanto a memória, em alguns aspetos, o permite, e queria também desejar a todos a continuação de um bom trabalho.

O Sr. **Presidente** (Paulo Trigo Pereira): — Muito obrigado, Sr. Professor.

Em nome da Comissão de Inquérito, agradeço a sua presença e as respostas que deu, que penso que permitiram clarificar um bocadinho a relação entre o acionista e a Caixa Geral de Depósitos.

Srs. Deputados, dou por encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 49 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.